



COFRE
DE PREVIDÊNCIA

RELATÓRIO E CONTAS

2017

ÍNDICE

RELATÓRIO	3
I – APRESENTAÇÃO DO COFRE	3
1.MOVIMENTO ASSOCIATIVO	3
2.ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS USUFRUÍDOS PELOS SÓCIOS.....	6
II – EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES DO COFRE.....	11
1.QUOTIZAÇÃO	11
2.FINANCIAMENTOS.....	12
3.PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	12
4.ARRENDAMENTO DE PRÉDIOS	12
III – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	13
1.RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADOS DAS ATIVIDADES	13
2.CRESCIMENTO	18
3.RENTABILIDADE.....	19
4.RESERVAS MATEMÁTICAS	19
IV. – NOTAS SOBRE O ANO DE 2017 E ANTEVISÃO DE 2018.....	21
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	25
BALANÇO	26
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA	27
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	28
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2016 E 2017	29
ANEXO	30
MAPAS COMPLEMENTARES	48
DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS E AS DESPENDIDAS NO ANO DE 2017 49	
MAPA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E QUOTIZAÇÃO DE 2017.....	52
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	52
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	53

RELATÓRIO

Em cumprimento dos Estatutos do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado, o Conselho de Administração submete à apreciação dos associados o Relatório e Contas do exercício relativo ao ano fiscal findo a 31 de Dezembro de 2017.

I – APRESENTAÇÃO DO COFRE

1.MOVIMENTO ASSOCIATIVO

ANÁLISE NO TRIÉNIO

	Sócios	2015	2016	2017	%2015/2017
Entradas	Admitidos	824	804	747	-9,34
	Readmitidos	21	11	6	-71,43
	Total	845	815	753	-10,89
Saídas	Eliminados:				
	Por incumprimento a)	270	115	82	-69,63
	A pedido do sócio b)	222	254	243	9,46
	Total Eliminados	492	369	325	-33,94
	Falecidos	788	769	742	-5,84
	Total Eliminados + Falecidos	1.280	1.138	1.067	-16,64
Existentes	49.296	48.973	48.659	-1,29	

Quadro I

	Sócios Existentes	%
2015	49.296	-0,87
2016	48.973	-0,66
2017	48.659	-0,64

Quadro II

- a) Houve uma descida significativa, nota-se uma inversão das dificuldades económicas;
 b) Os motivos dos pedidos de eliminação são essencialmente financeiros e pessoais.

Como se pode verificar pelos quadros I e II, a evolução do movimento associativo no triénio em análise, caracterizou-se por um decréscimo do número total de sócios. O número de novas admissões, apesar do trabalho desenvolvido, não colmatou o número de sócios falecidos e eliminados.

▪ DISTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS POR DISTRITOS

A distribuição geográfica dos sócios pelo país corresponde na generalidade à distribuição dos funcionários públicos, com exceção dos distritos de Lisboa e de Setúbal, os quais ultrapassam em dezasseis mil seiscentos e quarenta e nove o número de sócios dos restantes distritos.

DISTRITO	Nº de Sócios
Aveiro	909
Beja	413
Braga	849
Bragança	231
Castelo Branco	569
Coimbra	1.054
Evora	796
Faro	1.097
Guarda	340
Leiria	968
Lisboa	22.809
Portalegre	1.010
Porto	3.576
Santarém	1.800
Setúbal	9.201
Viana do Castelo	443
Vila Real	400
Viseu	718
Madeira	282
Açores	544
Estrangeiro	637
Desconhecido	13
TOTAL	48.659

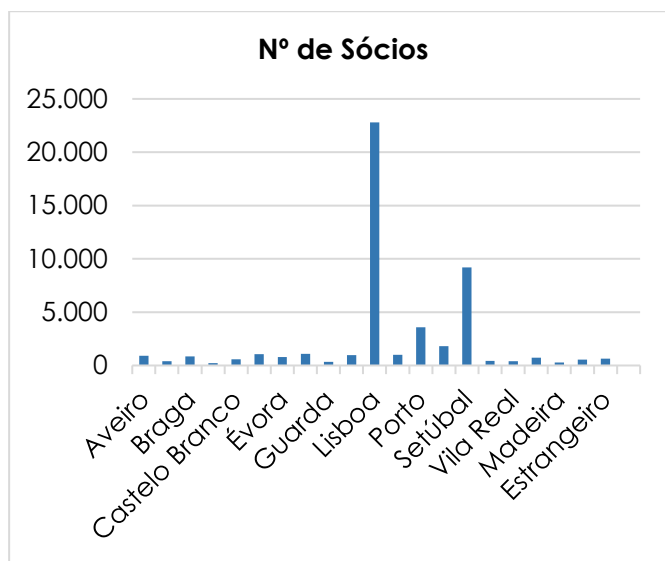


Gráfico 1

Quadro III

▪ DISTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS POR FAIXAS ETÁRIAS

A distribuição dos associados por faixas etárias está evidenciada no Gráfico 2, e no Quadro IV:

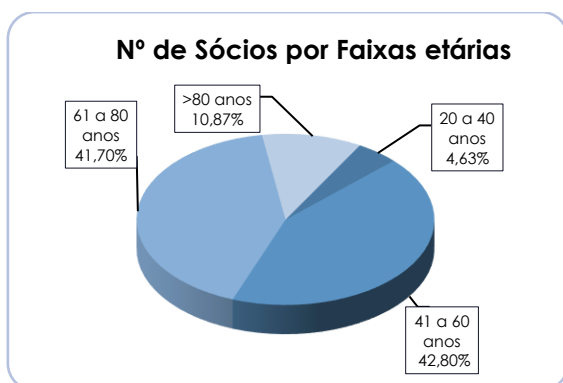


Gráfico 2

Idades	2016		2017	
	Nº Sócios	%	Nº Sócios	%
20 a 40 anos	2.761	5,64	2.256	4,63
41 a 60 anos	21.264	43,42	20.826	42,80
61 a 80 anos	19.767	40,36	20.289	41,70
> 80 anos	5.181	10,58	5.288	10,87
Total	48.973	100	48.659	100

Quadro IV

Na distribuição dos associados por faixas etárias, verifica-se que 4,63% dos sócios inscritos – 2.256 – corresponde às idades compreendidas entre os 19 e os 40 anos. Trata-se de um número muito baixo, suscetível de colocar em risco a sustentabilidade do Cofre no futuro.

COMUNICAÇÃO ONLINE COM OS SÓCIOS

Folha Informativa

A folha informativa é a forma mais direta de chegar aos associados no mundo digital. Neste meio de comunicação são difundidas informações de diversas áreas, seja a vertente mais institucional do Cofre, ou ações de charme como é o caso do envio da mensagem de parabéns na data de aniversário de cada associado.

A Folha informativa é enviada utilizando a plataforma E-Goi, e em 2017 foram realizados 24 envios de carácter genérico.

Esta plataforma é também usada para o envio dos referidos emails de aniversário assim como os questionários de satisfação dos Centros de Lazer e das viagens Cofre-Abreu.

Site

Importa antes de mais referir que por motivos alheios ao Cofre, não existem dados fidedignos das visitas ao site a partir de outubro de 2017, pelo que os valores que em seguida se apresentam, apenas refletem o período de 01.01.2017 a 30.09.2017.

Naquele período, o site do Cofre registou uma média mensal de 9.127 visitas, sendo que o valor mais elevado ocorreu nos meses de março e setembro.

Facebook

No seguimento da estratégia para esta rede social, implementada em 2016, a página de Facebook tornou-se um importante canal de comunicação com os associados. A página tem crescido de forma lenta, mas constante, e sempre sem qualquer investimento em publicidade. O ano termina com um total de 4.543 seguidores da página, significando um ganho de 973 pessoas em 2016.

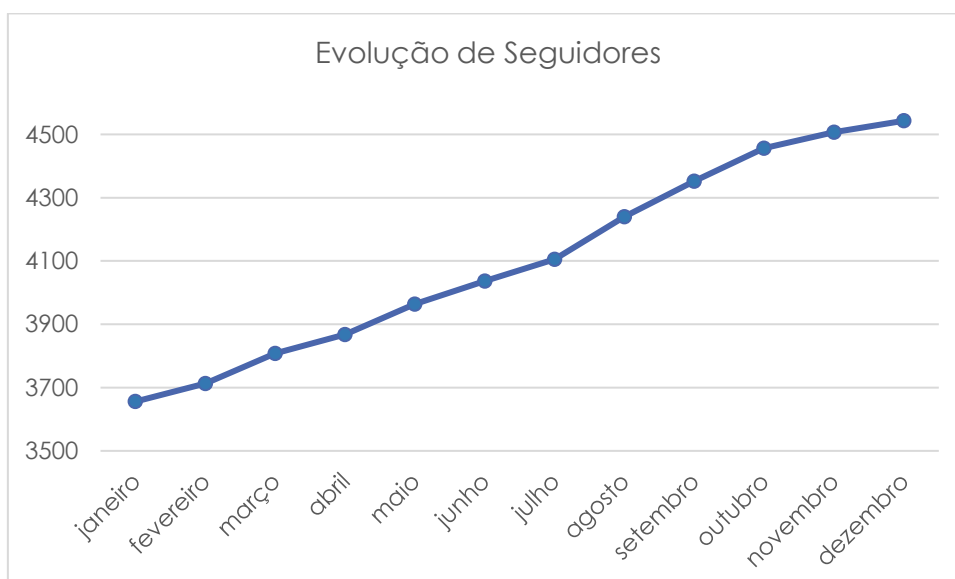


Gráfico 3

À semelhança do ano de 2016, a maioria dos seguidores têm idades compreendidas entre os 45 e os 64 anos, e é maioritariamente do género feminino.

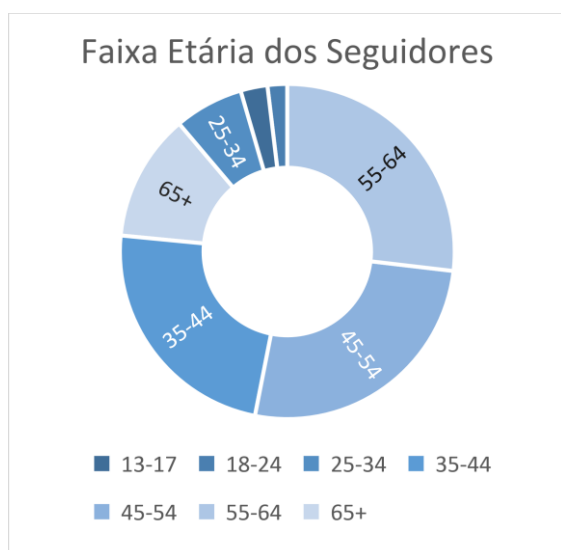


Gráfico 4

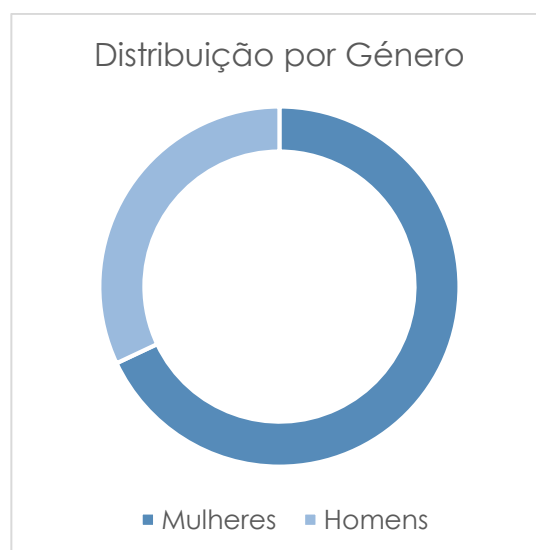


Gráfico 5

A contínua aposta na divulgação dos meios digitais do Cofre, resulta numa maior proximidade com os associados. Regista-se um constante crescimento anual da adesão dos sócios às novas tecnologias.

As interações com o Cofre através destes meios, medem-se tanto pelas respostas às newsletters como pelos comentários ou reações na página de Facebook, mas também pelo contínuo acesso ao site do Cofre, embora seja nossa convicção que uma renovação e melhoria do site resultará numa melhor comunicação do Cofre com os associados.

Esta aposta multicanal resulta numa maior divulgação não só do Cofre enquanto Instituição, mas também dos seus serviços e valências. Tal resulta numa conversão em aquisição de serviços do Cofre, quer no que se refere às suas regalias de vertente mais social, quer na venda dos produtos Cofre-Abreu ou Centros de Lazer.

Da mesma forma, a abertura destes canais de comunicação aos sócios, permite uma maior rapidez na resposta às questões colocadas, diminuindo os contactos via telefone, libertando outros colaboradores para outras funções. Podemos, pois, afirmar que a comunicação digital alcançou os objetivos operacionais propostos para o ano 2017.

2. ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS USUFRUÍDOS PELOS SÓCIOS

▪ REEMBOLSO DE VENCIMENTOS PERDIDOS POR MOTIVO DE DOENÇA

No ano de 2017 foram processados 3.125 reembolsos. Este número correspondeu ao montante atribuído de 581.877,58€.

Comparativamente com o ano de 2016 verificou-se um aumento de 66.272,29€ (12,85%).

▪ **BOLSA DE ESTUDO E SÉNIOR**

No ano de 2017 foram atribuídas seis bolsas para o ensino superior, quinze para o ensino secundário e três bolsas seniores (os valores mensais são de 250,00€ e 75,00€ para as bolsas do ensino superior e secundário respetivamente para um período temporal de 10 meses e entre os 200,00€, 300,00€ e os 350,00 € para as bolsas seniores para um período temporal de 12 meses).

▪ **CENTROS DE LAZER**

A Unidade de Turismo Rural, na Covilhã, registou 42,05% de ocupação em 2017, em 2016 a ocupação foi de 36,60%, ou seja, um aumento de 5,45%.

O Centro de Lazer, na Praia do Vau, registou em 2017 uma média de ocupação mensal de 53,15%. Em 2016 aquela percentagem foi de 52,67%, sendo o seu aumento de 0,48%.

▪ **RESIDÊNCIAS SENIORES**

A Residência de Loures registou uma ocupação de 72,22% da sua capacidade de 51 utentes, ou seja, uma diminuição de 4,90% relativamente a 2016. Este é, no entanto, um número enganador, já que tendo uma capacidade instalada de 51 camas, este equipamento dispõe de alvará para apenas 37 camas, as quais se encontram ocupadas na totalidade, existindo mesmo lista de espera para novas entradas.

Ainda assim, optou-se por, para efeitos de cálculo da taxa de ocupação, utilizar o número total de camas, embora nem todas possam ser efetivamente ocupadas. Julgamos que no exercício de 2018 esta questão se encontrará ultrapassada, já que se aguarda a todo o momento a emissão de um novo alvará que contempla as 51 camas efetivamente existentes.

A Residência de Vila Fernando, com capacidade para 30 utentes, registou uma ocupação de 98,61% da capacidade instalada, ou seja, mais 9,17% relativamente a 2016.

▪ **RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS**

A Residência Universitária de Lisboa registou uma ocupação de 78,74% da sua capacidade para 29 residentes. Em 2016 a ocupação foi de 74,43%, ou seja, existiu um aumento de 4,31% no ano de 2017.

A Residência Universitária do Porto, registou uma ocupação de 72,22% da capacidade para 15 residentes. Em 2016 a ocupação foi de 83,89%, verificando-se um decréscimo de 11,67% no ano em análise.

▪ **FINANCIAMENTOS AOS SÓCIOS**

a) PARA AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO PRÓPRIA

No exercício objeto de análise, foram efetuadas 29 escrituras para satisfação de pedidos de financiamento requeridos no total de 1.752.622,96€.

	Registo de pedidos para a aquisição/construção e transferência de hipoteca
Ano 2013	
Inscrições	166
Canceladas	133
Realizadas	22
Saldo ano 2013	11
Ano 2014	
Inscrições	178
Canceladas	134
Realizadas	18
Saldo ano 2014	26
Ano 2015	
Inscrições	153
Canceladas	88
Realizadas	14
Saldo ano 2015	51
Ano 2016	
Inscrições	183
Canceladas	98
Realizadas	10
Saldo ano 2016	75
Ano 2017	
Inscrições	168
Canceladas	8
Realizadas	5
Saldo ano 2017	155
Saldo final	318

Quadro V

b) ABONOS REEMBOLSÁVEIS

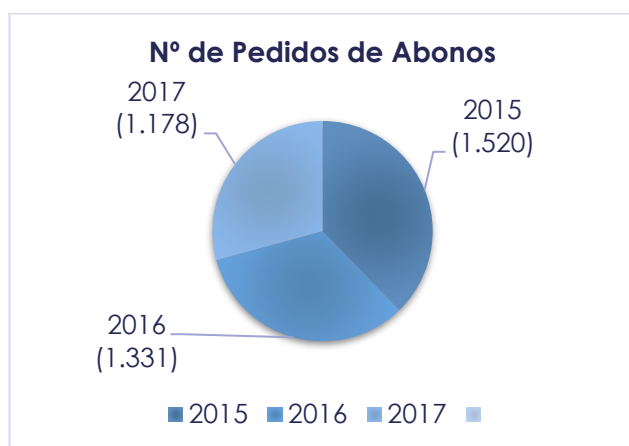


Gráfico 6

ANOS	PEDIDOS	VALOR
2015	1.520	6.087.394€
2016	1.331	5.092.043€
2017	1.178	4.463.733€

Quadro VI

No financiamento em causa, atenderam-se 1.178 pedidos correspondendo a um financiamento no total de 4.463.733€.

▪ SUBSÍDIOS POR MORTE

a) RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS PELO COFRE

Os subsídios por morte vencidos ascendiam, no final de 2016, a 125.856.711,8 €. Em 2017, o valor desta responsabilidade subiu para 127.190.821,48€, o que equivale a um crescimento anual de 1,06%.

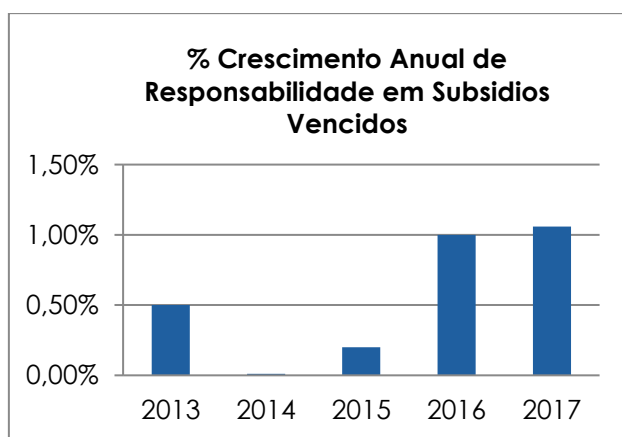


Gráfico 7

Responsabilidades em Subsídios Vencidos		
Anos	Valor	%
2013	124.350.534,76	0,50
2014	124.364.730,11	0,01
2015	124.614.600,25	0,20
2016	125.856.711,88	1,00
2017	127.190.821,48	1,06

Quadro VII

O valor médio por sócio no final de 2016 era de 2.569,92€, crescendo em 2017 para 2.613,92€, ou seja, um aumento de 1,71%.

b) SUBSÍDIOS POR MORTE PROCESSADOS NO ANO DE 2017

Em 2017, foram conhecidos e concluídos 742 processos de subsídio por morte, no valor total de 655.780,58€. Relativamente a 2016 houve um aumento de 74.300,67€ (12,78%).

▪ RENDAS VITALÍCIAS

No decurso do exercício de 2017 e em conformidade com o Art.º 25.º dos Estatutos, 99 associados optaram por transformar o subsídio por morte em renda vitalícia a seu favor, menos 11 que o ano anterior.

▪ VIAGENS E TURISMO

Em 2017, 79 associados e 123 familiares beneficiaram do protocolo existente com a Agência de Viagens Abreu.

II – EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES DO COFRE

De entre todas as atividades desenvolvidas destacam-se as que, pelo seu peso, merecem aqui referência.

1. QUOTIZAÇÃO

Em 2017 os rendimentos provenientes das quotas registaram uma tendência de crescimento verificado nos últimos anos (gráfico 8). No final do exercício os rendimentos em causa totalizaram 3.519.350,12€ (+1,60%), mantendo-se igualmente a tendência de crescimento do valor médio anual/sócio, de 70,73€ para 72,33€ (+1,60%) neste exercício.

O peso percentual desta receita no conjunto dos rendimentos do Cofre é de 46,11%.

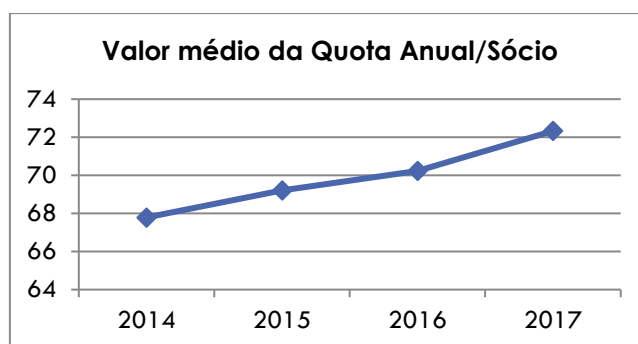


Gráfico 8

A interpretação numérica do gráfico 8 encontra-se no quadro retirado do Mapa de Movimento Associativo e Quotização no fim de cada exercício, como segue no quadro VIII.

EVOLUÇÃO DA QUOTIZAÇÃO EM 1000 €							
ANOS	QUOTIZAÇÃO ANUAL NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (1)		QUOTIZAÇÃO ANUAL NO FIM DO EXERCÍCIO			MÉDIA ANUAL QUOTIZAÇÃO/SÓCIO	
	Nº SÓC.	VALOR	Nº SÓC.	VALOR	%CRESC.	VALOR	%CRESC.
2010	52.944	3.273,26	52.453	3.294,64	2,28%	0,06281	3,24%
2011	52.453	3.329,04	51.975	3.347,93	1,62%	0,06441	2,55%
2012	51.975	3.368,74	51.163	3.376,47	0,85%	0,06599	2,45%
2013	51.163	3.381,26	50.363	3.370,56	-0,18%	0,06693	1,41%
2014	50.363	3.374,22	49.731	3.371,20	0,02%	0,06779	1,28%
2015	49.731	3.391,47	49.296	3.411,61	1,20%	0,06921	2,09%
2016	49.296	3.440,34	48.973	3.463,87	1,53%	0,07073	2,20%
2017	48.973	3.493,84	48.659	3.519,35	1,60%	0,07233	1,60%
2018	48.659	3.550,86					

(1) - Corresponde à quotização de 31 de Dezembro do exercício anterior, de acordo com a estrutura existente (Mapa de Movimento Associativo e Quotização)

Quadro VIII

2.FINANCIAMENTOS

O financiamento direto à aquisição de habitação e obras de beneficiação foi de 1.752.622,96€.

O financiamento de outras despesas através dos "subsídios reembolsáveis" revelou uma diminuição quer em número de pedidos (-153), quer no montante concedido (628.310€), conforme se verifica no quadro VI.

O rendimento global desta actividade foi no montante de 1.459.121,95€, traduzindo um decréscimo de 6,91% em relação ao ano de 2016.

3.PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

No ano de 2017 o rendimento resultante das Residências Seniores e Universitárias, Unidade de Turismo Rural da Covilhã e Centros de Lazer do Vau ascenderam a 1.707.165,95€, mais 89.877,00€ relativamente a 2016 (+5,56 %). (quadros IX e IX (a)).

O peso percentual desta actividade no conjunto dos rendimentos do Cofre é de 22,37%.

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	Valor	%
Residência para Seniores - Loures	433.595,07	25,40
Residência para Seniores - Vila Fernando	314.917,75	18,45
Centro de Férias - Vau	540.080,47	31,64
Unidade de Turismo Rural - Covilhã	313.011,99	18,34
Residência Universitária - Porto	41.180,25	2,41
Residência Universitária - Lisboa	64.380,42	3,76
Total	1.707.165,95	100

Quadro IX

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2016	2017	Variação %
Residência para Seniores - Loures	487.814,32	433.595,07	-11,11
Residência para Seniores - Vila Fernando	303.440,59	314.917,75	3,78
Centro de Férias - Vau	479.465,18	540.080,47	12,64
Unidade de Turismo Rural - Covilhã	239.804,84	313.011,99	30,53
Residência Universitária - Porto	43.093,84	41.180,25	-4,44
Residência Universitária - Lisboa	63.670,18	64.380,42	1,12
Total	1.617.288,95	1.707.165,95	5,56

Quadro IX (a)

4.ARRENDAMENTO DE PRÉDIOS

Em 2017, a actividade relacionada com o arrendamento de prédios desceu em relação ao ano anterior, obtendo-se menos 2.495,88€. O peso percentual desta actividade situa-se nos 3,96% do total dos proveitos.

III – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Neste Relatório, tal como nos anteriores, procede-se à análise do desempenho de gestão e suas repercussões na situação económica e financeira do Cofre por comparação com valores obtidos em exercícios anteriores. Esta análise assenta em 4 pontos básicos:

1.RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADOS DAS ATIVIDADES

2.CRESCIMENTO

3.RENTABILIDADE

4.RESERVAS MATEMÁTICAS

Sendo a análise construída por comparação com valores de exercícios anteriores, importa sustentar a construção das peças integrantes das Demonstrações Financeiras, em consonância com os conceitos de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), principalmente os “Mapas” que apuram os resultados dos factos ocorridos durante o exercício económico.

1.RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADOS DAS ATIVIDADES

▪ RENDIMENTOS E GANHOS

RENDIMENTOS POR NATUREZA / ATIVIDADES	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	QUOTAS	RENDAS PROPRIEDADES INVESTIMENTO	JUROS*	OUTROS**	TOTAL
Sede	27.934,94	3.519.350,12		1.610.092,48	466.245,08	5.623.622,62
Residência Sénior de Loures	433.595,07					433.595,07
Residência Sénior de Vila fernando	314.917,75					314.917,75
Residência Universitária Porto	41.180,25					41.180,25
Residência Universitária Lisboa	64.380,42					64.380,42
Centro de Lazer Vau	540.080,47					540.080,47
Unid. Turismo Covilhã	313.011,99					313.011,99
Propriedades de investimento			302.211,81			302.211,81
TOTAL	1.735.100,89	3.519.350,12	302.211,81	1.610.092,48	466.245,08	7.633.000,38

Quadro X

*Inclui juros de financiamento e das aplicações financeiras e depósitos a prazo.

**Inclui proveitos: subsídios prescritos, correcções de exercícios anteriores e reversões de imparidades que ascendem a 330.866,60 €.

RENDIMENTOS E GANHOS COMPARAÇÃO 2016 E 2017

RENDIMENTOS E GANHOS	2016	2017	Variação %
Vendas e Prestações serviços	1.651.486,48	1.735.100,89	5,06
Quotas	3.463.866,92	3.519.350,12	1,60
Rendas propriedades de investimento	304.707,69	302.211,81	-0,82
Juros	1.738.943,14	1.610.092,48	-7,41
Outros	418.602,01	466.245,08	11,38
TOTAL	7.577.606,24	7.633.000,38	0,73

Quadro XI

COMPARTICIPAÇÃO DE CADA RÚBRICA PARA O RENDIMENTO GLOBAL

DESIGNAÇÃO	2016	2017
Prestação de Serviços	21,79	22,73
Quotas	45,71	46,11
Rendas de propriedades de investimento	4,02	3,96
Juros	22,95	21,09
Outros	5,53	6,11
TOTAL	100%	100%

Quadro XII

Os valores percentuais que em seguida se referem são calculados relativamente ao total de rendimentos.

- Os rendimentos relativos a “Vendas e Prestações de Serviços” realizadas nas Residências Seniores e Universitárias, Centros de Lazer da Covilhã e do Vau e comissões auferidas ascendem a 1.735.100,89€, correspondendo a 22,73% do total global dos rendimentos.
- O valor de “Quotas” ascendeu a 3.519.350,12€, representando 46,11% do total global dos rendimentos.
- As rendas dos imóveis contribuíram com 302.211,81€, correspondendo a 3,96% do total global dos rendimentos. A razão do rendimento apresentar um valor pouco significativo explica-se pelo montante baixo das rendas antigas.
- Nos rendimentos provenientes de “propriedades de investimento”, estão também incluídas as lojas do Centro Lazer do Vau.
- O apoio financeiro aos associados é variável em função do financiamento concedido, para aquisição de habitação própria, obras e abonos reembolsáveis. O conjunto desta actividade acrescido dos juros obtidos (depósitos a prazo) representa 21,09% do total global dos rendimentos.

▪ GASTOS

Os gastos diretamente relacionados com as atividades operacionais constam deste quadro:

GASTOS POR NATUREZA / ATIVIDADES	CUSTOS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	FORNEC. E SERV. EXTERNOS	GASTOS C/ PESSOAL a)	GASTOS DE DEP. E AMORT. DE BENS	PROVISÕES	GASTOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	ENCARGOS C/ PROP. INVEST.	OUTROS	JUROS	TOTAL
Sede		824.842,60	1.457.934,62	96.832,06	4.257.862,66	1.350.921,59		102.256,91	1.535,11	8.092.185,55
Residência de Loures		270.012,50	630.484,08	155.141,30						1.055.637,88
Residência de Vila Fernando		189.117,94	312.130,89	62.169,61						563.418,44
Residência Universitária Porto		37.357,77	29.912,93	31.811,28						99.081,98
Residência universitária Lisboa		84.395,57	16.255,27	52.516,23						153.167,07
Centro de Lazer Vau		172.393,77	176.718,31	220.907,53						570.019,61
Unid. Turismo Covilhã	44.398,04	146.222,95	254.461,07	231.184,93						676.266,99
Propriedades de invest.				160.061,66			72.611,16			232.672,82
TOTAL	44.398,04	1.724.343,10	2.877.897,17	1.010.624,60	4.257.862,66	1.350.921,59	72.611,16	102.256,91	1.535,11	11.442.450,34

Quadro XIII

a) Nesta rubrica estão também incluídas as contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social

GASTOS COMPARAÇÃO 2016 E 2017

GASTOS	2016	2017	Variação %
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	37.918,25	44.398,04	17,09
Fornecimento e serviços externos	1.672.989,30	1.724.343,10	3,07
Gastos com o pessoal	2.730.323,25	2.877.897,17	5,40
Gastos de depreciação e amortização de bens	963.701,48	1.010.624,60	4,87
Provisões a)	2.034.367,85	4.257.862,66	109,30
Gastos de previdência social	1.177.850,86	1.350.921,59	14,69
Encargos com propriedades de investimento	71.329,70	72.611,16	1,80
Juros	2.605,65	1.535,11	-41,09
Outros	297.144,49	102.256,91	-65,59
TOTAL	8.988.230,83	11.442.450,34	27,30

Quadro XIV

a) Inclui a provisão pelo risco da devolução do sinal em dobro pela não concretização do contrato de promessa de compra e venda da Rua dos Sapateiros no valor de 300.000,00€.

COMPARTICIPAÇÃO DE CADA RÚBRICA NOS GASTOS GLOBAIS

DESIGNAÇÃO	2016	2017
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,42	0,39
Fornecimento e serviços externos	18,61	15,07
Gastos com o pessoal	30,38	25,15
Gastos de depreciação e amortização de bens	10,72	8,83
Provisões	22,63	37,21
Gastos de previdência social	13,10	11,81
Encargos com propriedades de investimento	0,79	0,63
Juros	0,03	0,01
Outros gastos	3,31	0,89
TOTAL	100%	100%

Quadro XV

Os números apresentados merecem-nos as seguintes explicações:

- Os "Fornecimentos e serviços externos" onde se incluem a electricidade, água, gás, conservação e reparação e outros gastos essenciais ao exercício das atividades, totalizam 1.724.343,10€ correspondendo a 15,07% do total dos gastos.
- Comparativamente a 2016, verifica-se um aumento de 3,07% pelo acréscimo dos gastos em publicidade, gás e limpeza. Em relação à rúbrica de publicidade o aumento deveu-se à publicação de vários anúncios para as Assembleias Gerais extraordinárias. Houve também a contabilização da comissão pela intermediação na venda da Rua dos Sapateiros no valor de 123.000,00€.
- Os "Gastos com o pessoal" somam 2.877.897,17€, representando 25,15% do total dos gastos, tendo crescido 5,40% em 2017, em consequência do aumento dos vencimentos dos assistentes operacionais em todos os Centros, bem como dos encargos com o pessoal.
- As "Amortizações" correspondem às depreciações dos bens móveis e imóveis, que representam 8,83% do total dos gastos; houve um aumento de 4,87%, pela amortização do edifício da Rua dos Sapateiros referente ao ano de 2016 e 2017.
- Os "Gastos para benefícios de previdência social" são os gastos com subsídios por morte, reembolsos de vencimentos perdidos por doença que, entre outros, totalizam 1.350.921,59€ representando 11,81% do total global dos gastos.
- As provisões são calculadas com base em estudo atuarial (2.034.367,85 € em 2016 e 3.957.862,66€ em 2017) cujo montante subiu 1.923.494,81€, correspondendo a um aumento de 94,55%.

RESULTADOS DAS ATIVIDADES

RENDIMENTOS E GASTOS POR NATUREZA / ATIVIDADES	RENDIMENTOS/ GANHOS	GASTOS	RESULTADO		Variação Valor
			2016	2017	
Sede	5.623.622,62	8.092.185,55	-89.564,97	-2.468.562,93	-2.378.997,96
Residência de Loures	433.595,07	1.055.637,88	-516.193,39	-622.042,81	-105.849,42
Residência de Vila Fernando	314.917,75	563.418,44	-233.800,04	-248.500,69	-14.700,65
Residência Universitária Porto	41.180,25	99.081,98	-43.012,61	-57.901,73	-14.889,12
Residência Universitária Lisboa	64.380,42	153.167,07	-42.927,21	-88.786,65	-45.859,44
Centro de Férias (vau)	540.080,47	570.019,61	-64.305,55	-29.939,14	34.366,41
Unid. Turismo Covilhã	313.011,99	676.266,99	-495.300,96	-363.255,00	132.045,96
Prédios de rendimento	302.211,81	232.672,82	74.480,14	69.538,99	-4.941,15
TOTAL	7.633.000,38	11.442.450,34	-1.410.624,59	-3.809.449,96	-2.398.825,37

Quadro XVI

O quadro acima apresentado mostra-nos os resultados das diversas atividades desenvolvidas pelo Cofre em 2017, comparadas com as do ano de 2016, apresentando a sua variação.

Os números apresentados merecem as seguintes explicações:

- Na Sede a variação é negativa no montante de 2.378.997,96€. Esta variação é resultado do reforço da provisão calculada com base em estudo atuarial (2.034.367,85€ em 2016 e 3.957.862,66€ em 2017), tendo o valor subido 1.923.494,81€, traduzindo-se num aumento de 94,55%.
- A Residência de Loures apresenta uma variação negativa de 105.849,42€. Este resultado é justificado pela descida do valor das prestações de serviços e pelo aumento dos gastos com o pessoal, em virtude do aumento dos vencimentos dos assistentes operacionais, bem como dos encargos com o pessoal.
- A residência de Vila Fernando apresentou uma evolução negativa no valor de 14.700,65€. Este resultado é justificado pela subida dos vencimentos dos assistentes operacionais, bem como dos encargos com o pessoal.
- A residência universitária do Porto apresentou uma evolução negativa no valor de 14.889,12€, resultado justificado pela descida do valor das prestações de serviços e pelo aumento dos gastos com o pessoal.
- A residência universitária de Lisboa apresentou uma evolução negativa no valor de 45.859,44€. Neste caso o resultado é justificado pelo aumento dos gastos em conservação e reparação e também dos gastos com o pessoal.
- O Centro de Lazer da Quinta de Santa Iria (Covilhã) apresentou uma evolução positiva de 132.045,96€, em virtude do aumento das vendas e prestações de serviços.

- O Centro Férias do Vau (Portimão), apresentou uma evolução positiva de 34.366,41 € sobretudo pelo aumento das prestações de serviços.
- No que se refere aos "Prédios de Rendimentos", registou-se uma descida de 4.941,15 € sobretudo pela descida do total de rendas.

2. CRESCIMENTO

▪ RENDIMENTOS

- A quotização em 2017 totalizou 3.519.350,12€, contribuindo com 46,05% para o total dos rendimentos. Houve um acréscimo, em termos percentuais, que foi de 1,60% relativamente a 2016.
- As "Prestações de serviços" em 2017 totalizaram 1.735.100,89€, verificando-se uma variação positiva de 5,06%, relativamente ao ano 2016. Este resultado deve-se sobretudo ao aumento da prestação de serviços no Centro de Lazer do Vau (Portimão) e da Uniddae de Turismo Rural - Quinta de Santa Iria (Covilhã).
- Os resultados das aplicações financeiras efetuadas mostram-nos um resultado negativo de 46,75%, correspondendo esta percentagem à variação entre 14.268,07€ do ano de 2017 e 26.795,68€ do ano de 2016, resultado da diminuição das taxas de juro.
- Nos Apoios financeiros estão englobados os empréstimos para aquisição de habitação e para obras e ainda os abonos reembolsáveis. A sua variação foi negativa em 6,91%, o que corresponde ao montante de 108.309,96€, sendo essa a diferença entre o rendimento obtido no ano de 2016 e de 2017. Tal facto deve-se à descida do número de empréstimos concedidos em abonos reembolsáveis.
- Nos Títulos da Dívida Pública, houve um redução da provisão, no valor de 70.454,61€. O Fundo de Tesouraria teve uma valorização levando à reversão da provisão existente no valor de 840,96€.

▪ GASTOS

- Os "Gastos com o pessoal" aumentaram em 2017 para 2.877.897,17 €, valor que em 2016 havia sido de 2.730.323,25€. Esta variação deveu-se ao aumento dos vencimentos dos assistentes operacionais em todos os Centros, bem como dos encargos com o pessoal.
- As "Imparidades de dívidas a receber" resultaram da diminuição das dívidas consideradas de cobrança duvidosa. No ano de 2017 houve uma reversão do valor da dívida em 278.862,87€ enquanto no ano de 2016 a reversão foi de 304.810,06 €.

- o A provisão para a responsabilidade dos “Gastos de previdência social” aumentou de 2.034.367,85€ em 2016 e em 2017 o valor aumentou 3.957.862,66€ situação que decorre do estudo atuarial efectuado.

Está representada no gráfico 9 a repartição entre gastos e proveitos dos três últimos anos, cujas razões de crescimento/abrandamento das duas componentes – gastos e proveitos – já foram anteriormente apresentadas.

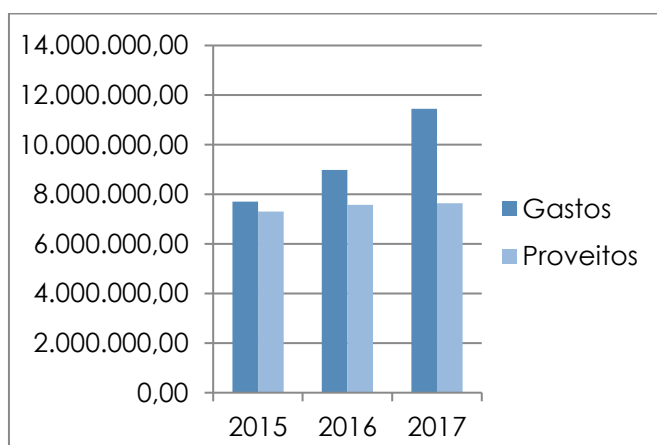


Gráfico 9

Anos	Gastos	Proveitos
2015	7.700.624,25	7.303.095,84
2016	8.988.230,83	7.577.606,24
2017	11.442.450,34	7.633.000,38

Quadro XVII

3.RENTABILIDADE

De referir que as rendibilidades são calculadas em função do valor dos investimentos envolvidos ou da média anual de capitais disponíveis.

- A rendibilidade bruta da quotização, em relação à média das responsabilidades em subsídios por morte inscritos, continua a situar-se em 2,81%. Deduzindo-se os gastos de Previdência Social, aquela rendibilidade desce para 1,73%.
- Os Títulos de Dívida Pública geraram um rendimento anual igual ao do ano anterior, mas o seu peso no Resultado tem reduzida expressão.

4.RESERVAS MATEMÁTICAS ¹

No ano de 2017, foi reforçada a provisão existente, em 3.957.862,66€, para cobrir as responsabilidades em subsídios por morte e rendas vitalícias, de acordo com os valores apontados no estudo atuarial à data de 31 de Dezembro de 2017, ou seja:

Referente a subsídios por morte	18.710.610,95€
Referente a rendas vitalícias	539.302,32€
Referente a pensões de reforma e sobrevivência	147.070,71€

¹ As Reservas Matemáticas são para garantir o pagamento de subsídios por morte e rendas vitalícias.

Em conclusão:

Tendo sido referidos os comportamentos e efeitos na formação dos Resultados das rubricas mais significativas, acresce dizer que o Resultado Líquido do Exercício **foi negativo em 3.809.449,96€**. Esta diminuição reflecte, no essencial a contabilização em trabalhos especializado o valor da intermediação na venda da Rua dos Sapateiros no valor de 123.000,00€, a provisão para o risco de reembolso do sinal recebido em dobro, pela não concretização do contrato de promessa de compra e venda da Rua dos Sapateiros no valor de 300.000,00€ e o reforço das provisões específicas do sector para cobrir as responsabilidades em subsídios por morte e rendas vitalícias, que aumentaram 3.957.862,66€ de 2016 para 2017, sobretudo pela redução da taxa técnica de desconto de 3,00% para 2,75%.

IV. – NOTAS SOBRE O ANO DE 2017 E ANTEVISÃO DE 2018

O ano de 2017 ficará na História do Cofre como um ano de mudança: a 7 de setembro, dando cumprimento a uma decisão do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa – perante a recusa do Presidente da Mesa de Assembleia Geral, à época em funções, em convocar uma Assembleia Geral Extraordinária requerida por um conjunto de mais de 50 associados - realizou-se então a Assembleia Magna do Cofre e da qual resultou a destituição dos anteriores Órgãos Sociais.

Considera-se oportuno recordar os motivos que levaram à mobilização dos sócios para a destituição dos Órgãos Sociais então em funções. A realização de uma auditoria pela Inspeção-Geral de Finanças (2015) veio lançar suspeitas de que no Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado teriam sido cometidos atos ilegais por parte de membros integrantes dos órgãos sociais, que indiciavam a prática de vários crimes, bem como seriam desenvolvidas atividades que não estariam previstas nos estatutos e em violação da lei.

Seguiu-se a realização de buscas por parte da Polícia Judiciária (realizadas no dia 10 de Julho de 2015), em que estiveram envolvidos inspetores da Unidade Nacional de Combate à Corrupção da referida Polícia e Procuradores do Departamento Central de Investigação e Ação Penal do Ministério Público. Aguardam-se ainda os resultados destas diligências, dado que está ainda em curso, tanto quanto é do conhecimento dos atuais Órgãos Sociais, a investigação aos atos ilegais referidos, aguardando-se pela conclusão deste processo.

Na Assembleia Geral de 7 de setembro foi eleita uma Comissão Administrativa, que de imediato iniciou funções. Foram muitos os problemas desde logo identificados e que, no seguimento da política de transparência assumida, têm vindo a ser dados a conhecer aos sócios.

Alguns exemplos destes problemas:

- vertiginoso aumento de despesas;
- elevado crescimento do número de funcionários;
- insustentabilidade dos diversos equipamentos existentes;
- realização injustificada de elevados investimentos.

O futuro do Cofre estava - e está ainda! - em causa. Importa não escamotear essa realidade, a qual fica aliás patente através da leitura cuidada deste Relatório referente ao exercício de 2017.

O Cofre encontra-se em situação financeira preocupante, como resultado sobretudo dos dois últimos mandatos. São os próprios auditores externos que, em diversos relatórios apresentados, apontam, entre outros, investimentos em imóveis, em valor superior aos doze milhões de euros, sem que os sócios conheçam a finalidade e tenham, da esmagadora maioria deles, quaisquer benefícios. Nos últimos seis anos todos os equipamentos têm resultados negativos.

Se a gestão dos equipamentos do Cofre pela anterior Administração foi descuidada, grave foi também a onda imobiliária especulativa por esta desenvolvida, com alguns exemplos que falam por si:

- Adquiriram-se terrenos em Arcozelo e Queluz sem que algum projeto tenha sido planeado e concretizado;
- Junto à Quinta de Santa Iria (Covilhã) foi adquirido um terreno sem qualquer utilidade para o Cofre, com o pretexto de justificar junto da Câmara Municipal índices de construção de obras realizadas clandestinamente na referida Quinta sem as necessárias licenças camarárias;
- Em Lisboa foi realizado um contrato de compra de um imóvel nas Laranjeiras e outro contrato para a venda do edifício do Cofre na rua dos Sapateiros;
- As obras efetuadas no edifício da Rua da Prata, sem as necessárias licenças da Câmara Municipal de Lisboa e sem ter sido definida qualquer finalidade para o edifício.

Tudo isto, sempre sem conhecimento e autorização dos sócios e da Assembleia Geral, sem concursos, sem projetos, sem licenciamentos. Quando se gastaram milhões de euros em imobiliário, em que o interesse era meramente a especulação imobiliária, sem finalidades definidas, podemos falar em indícios irrefutáveis de má gestão.

A continuação da trajetória que vinha sendo seguida nos últimos anos teria como consequência a inviabilidade da Instituição, não restando outra solução que não fosse o seu definhamento e o conseqüente desaparecimento. E foi com o firme intuito de evitar esse desfecho trágico que a Comissão Administrativa desenvolveu o seu trabalho, o qual teve como objetivo um levantamento exaustivo das várias situações do dia-a-dia do funcionamento do Cofre com que foi sendo confrontada, das quais se apresentam também, de forma não-exaustiva, alguns exemplos:

- Por considerar abusivo e gerador de desigualdades, colocando em causa o princípio da igualdade entre os sócios, revogou a deliberação de 30 de maio de 2013 que concedia um desconto de 25% aos membros dos Órgãos Sociais, bem como aos seus ascendentes, na mensalidade das Residências Seniores;
- Com os mesmos fundamentos atrás invocados, decidiu revogar a deliberação de 12 de junho de 2013, que determinava que os trabalhadores, que fossem simultaneamente sócios do Cofre, tivessem direito a 15% de desconto na ocupação das Residências Seniores do Cofre, benefício aplicável aos próprios, aos seus cônjuges e respetivos ascendentes.

A Comissão Administrativa aprofundou ainda a problemática denominada por “Casas de Função”, mais uma situação resultante de decisão do anterior Conselho de Administração e que não encontra qualquer respaldo nos Estatutos do Cofre ou no fim a que se destina esta Instituição. Após um rigoroso levantamento, apurou-se que as mesmas estavam atribuídas a um membro do Conselho Fiscal, a dois elementos do Conselho de Administração destituído e a seis trabalhadores da Sede.

Os resultados do parecer jurídico solicitado pela Comissão Administrativa foram taxativos: “O regime das Casas de Função em vigor no Cofre consubstancia um regime especial de arrendamento, com regras distintas do que está estatutariamente previsto e destinado, exclusivamente, aos titulares dos órgãos sociais e aos trabalhadores da instituição”. E em conclusão, “a deliberação (...) subjacente à celebração dos contratos de arrendamento em análise, contraria o fim social do Cofre, pelo que, os contratos de arrendamento celebrados ao abrigo daquela deliberação [“Casas de Função”] estão fora do âmbito da capacidade negocial de gozo do Cofre, sendo por isso inválidos, padecendo do vício de nulidade”. Nesse sentido, a Assembleia Geral realizada já em 2018, mais concretamente no dia 28 de fevereiro, decidiu acabar com este regime e avançar mesmo com a resolução dos contratos em questão.

A par da resolução de vários assuntos urgentes, um outro assunto marcou o ano de 2017. Falamos do ato eleitoral para escolha dos novos órgãos dirigentes do Cofre - cujo mandato tem o horizonte temporal do quadriénio 2018-22 - o qual obrigou à mobilização de meios humanos e financeiros para a organização de eleições transparentes e participadas.

As eleições tiveram o seu culminar na Assembleia Geral Eleitoral do dia 14 de dezembro de 2017, da qual resultou a eleição dos Órgãos Sociais atualmente em funções, com uns expressivos 82% dos votos dos sócios que exerceram o seu direito de voto (1.961 votos).

Assim, os novos corpos dirigentes do Cofre tomaram posse já no início de 2018, mais concretamente no dia 4 de janeiro.

A missão do Cofre é clara e não pode ser desvirtuada. O atual Conselho de Administração desde cedo afirmou o seu propósito e a sua determinação de assumir e garantir a verdadeira natureza previdencial do Cofre, através de uma gestão organizacional eficaz, em que rigor e transparência são dois valores que não dispensamos.

Agradecendo o voto de confiança que foi dado aos órgãos dirigentes eleitos, é aos associados que gostaríamos de deixar um apelo: é indispensável um alto nível de exigência de todos, para que não voltem a repetir-se desvios relativamente ao cumprimento da missão da Instituição, pois só assim tornaremos o Cofre uma Instituição sólida e que sirva verdadeiramente os sócios.

Tempos novos surgem, assim, no horizonte do Cofre e dos seus associados. O passado mais recente, marcado por uma indistigável gestão autocrática e errática, será apenas um triste capítulo da vida da Instituição - ao qual felizmente foi colocado um fim!

O Conselho de Administração tem a responsabilidade e o encargo de dar cumprimento aos objetivos para o qual foi criado o Cofre e assegurar a manutenção e melhoria dos serviços prestados aos seus milhares de sócios e às suas famílias. Bem como, resolvendo os vários e graves problemas herdados do passado, assegurar a sustentabilidade e viabilidade da Instituição.

É essa a rota traçada para o ano de 2018. A qual não sofrerá desvios por um único momento que seja.

Cofre, 9 de Abril de 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

ANTÓNIO JOAQUIM MARQUES

JORGE MANUEL FERRAZ SILVA

OLGA JESUS SOUSA HILÁRIO

LUIA MARIA SOARES XAVIER

ANTÓNIO MANUEL RODRIGUES DINIS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- BALANÇO
- DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
- DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
- DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS
- ANEXO

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária Euros

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2017	31-12-2016
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos Fixos Tangíveis	6	24.246.647,24	23.182.450,57
Propriedades de Investimento	8	8.304.671,72	7.918.603,94
Ativos Intangíveis	9	1.137,11	2.482,71
Investimentos Financeiros	12.4	428.217,09	356.921,52
Associados	12.1	24.171.420,10	24.912.831,65
		57.152.093,26	56.373.290,39
ATIVO CORRENTE			
Inventários		2.755,32	5.491,94
Créditos a Receber	12.1	249.145,37	221.379,70
Estado e Outros Entes Públicos	13	4.503,81	8.414,15
Associados	12.1	4.311.466,11	4.575.668,69
Outros Ativos Correntes	12.1	304.839,06	216.652,55
Diferimentos	14	59.690,20	171.980,24
Ativos não correntes detidos para venda	7	0,00	1.071.986,32
Caixa e Depósitos Bancários	4	6.942.582,99	5.891.090,97
		11.874.982,86	12.162.664,56
Total do Ativo		69.027.076,12	68.535.954,95
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	15	47.503.361,61	48.913.986,20
Ajustamentos/Outras Variações no Fundos patrimoniais	15	3.425.941,98	3.426.108,09
		50.929.303,59	52.340.094,29
Resultado Líquido do Período		-3.809.449,96	-1.410.624,59
		-3.809.449,96	-1.410.624,59
Total dos Fundos Patrimoniais		47.119.853,63	50.929.469,70
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	11	300.000,00	0,00
Provisões Específicas	11	19.396.983,98	15.498.452,88
		19.696.983,98	15.498.452,88
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	12.2	120.961,43	142.076,27
Estado e Outros Entes Públicos	13	74.218,73	74.926,56
Associados	12.2	748.794,57	744.372,45
Financiamentos Obtidos		0,00	5.210,21
Diferimentos	14	136.070,87	103.743,29
Outros Passivos Correntes	12.2	1.130.192,91	1.037.703,59
		2.210.238,51	2.108.032,37
Total do Passivo		21.907.222,49	17.606.485,25
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		69.027.076,12	68.535.954,95

O Contabilista Certificado

Gisela Carvalho Pinto Martins
CC nº 73.248

O Conselho de Administração

António Joaquim Marques
Jorge Manuel Ferraz Silva
Olga Jesus Sousa Hilário
Luisa Maria Soares Xavier
António Manuel Rodrigues Dinis

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2017	2016
Vendas e serviços prestados	10	5.254.451,01	5.115.353,40
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	-44.398,04	-37.918,25
Fornecimentos e serviços externos	16	-1.724.343,10	-1.672.989,30
Gastos com o pessoal	17	-2.877.897,17	-2.730.323,25
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	-40.760,48
Provisões (aumentos/reduções)	11	-300.000,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	11	-3.905.858,93	-2.034.367,85
Outras imparidades (perdas/reversões)	12.3 e 12.4	278.862,87	305.942,47
Outros rendimentos	10	437.590,29	417.367,23
Outros gastos	18	-1.525.789,66	-1.505.564,57
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-4.407.382,73	-2.183.260,60
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/8/9	-1.010.624,60	-963.701,48
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-5.418.007,33	-3.146.962,08
Juros e rendimentos similares obtidos	10	1.610.092,48	1.738.943,14
Juros e gastos similares suportados		-1.535,11	-2.605,65
Resultados antes de impostos		-3.809.449,96	-1.410.624,59
Imposto sobre o rendimentos do período			
Resultado líquido do período		-3.809.449,96	-1.410.624,59
		-3.809.449,96	-1.410.624,59

O Contabilista Certificado

Gisela Carvalho Pinto Martins
CC nº 73.248

O Conselho de Administração

António Joaquim Marques
Jorge Manuel Ferraz Silva
Olga Jesus Sousa Hilário
Luisa Maria Soares Xavier
António Manuel Rodrigues Dinis

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

UNIDADE MONETÁRIA EUROS

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes/associados		14.801.030,45	13.804.895,52
Pagamentos a clientes e utentes		-6.055.390,54	-6.409.934,78
Pagamentos a fornecedores		-2.509.095,74	-2.271.500,37
Pagamentos ao pessoal		-1.930.165,92	-1.868.221,73
Caixa gerada pelas operações		4.306.378,25	3.255.238,64
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-2.203.287,82	-1.215.872,20
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		2.103.090,43	2.039.366,44
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-836.989,88	-575.203,71
Ativos intangíveis		-1.008,06	-2.990,58
Propriedades de investimento		-522.129,44	-26.360,38
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Rendas de propriedades de investimento		279.271,44	279.458,10
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		29.257,53	30.844,19
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-1.051.598,41	-294.252,38
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			-729,41
Dividendos			
Reduções de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	-729,41
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		1.051.492,02	1.744.384,65
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	5.891.090,97	4.146.706,32
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	6.942.582,99	5.891.090,97

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2016

RUBRICAS	NOTAS	Fundos	Reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamento/ Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	15	49.311.514,61	0,00	0,00	3.426.734,25	(397.528,41)	52.340.720,45
ALTERAÇÕES DO PERÍODO							
Realização de excedentes de revalorização dos activos fixos tangíveis e intangíveis							0,00
Excedentes de revalorização							0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(626,16)		(626,16)
	2	0,00	0,00	0,00	(626,16)	0,00	(626,16)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					(1.410.624,59)	(1.410.624,59)
RESULTADO INTEGRAL	15					(1.410.624,59)	(1.411.250,75)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							0,00
Subsídios, doações e legados							0,00
Outras operações		(397.528,41)				397.528,41	0,00
	5	(397.528,41)	0,00	0,00	0,00	397.528,41	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	15	48.913.986,20	0,00	0,00	3.426.108,09	(1.410.624,59)	50.929.469,70

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2017

RUBRICAS	NOTAS	Fundos	Reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamento/ Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	15	48.913.986,20	0,00	0,00	3.426.108,09	(1.410.624,59)	50.929.469,70
ALTERAÇÕES DO PERÍODO							
Realização de excedentes de revalorização dos activos fixos tangíveis e intangíveis							0,00
Excedentes de revalorização							0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(166,11)		(166,11)
	7	0,00	0,00	0,00	(166,11)	0,00	(166,11)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					(3.809.449,96)	(3.809.449,96)
RESULTADO INTEGRAL	15					(3.809.449,96)	(3.809.616,07)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							0,00
Subsídios, doações e legados							0,00
Outras operações		(1.410.624,59)				1.410.624,59	0,00
	10	(1.410.624,59)	0,00	0,00	0,00	1.410.624,59	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	15	47.503.361,61	0,00	0,00	3.425.941,98	(3.809.449,96)	47.119.853,63

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Designação da entidade:

Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado.

1.2. Sede:

Rua do Arsenal, Letra F

1112-803 Lisboa

1.3. NIPC:

500 969 442

1.4. Natureza da atividade:

O Cofre é uma Instituição de previdência social, de utilidade pública, constituída por Associados, que são ou foram trabalhadores da função pública. De entre as atribuições do Cofre inclui-se: "Criar e desenvolver centros de lazer contemplando componentes culturais e desportivas, de assistência materno-infantil e escolar, residências para estudantes e para seniores, bem como centros de dia e outros equipamentos cujo objetivo vise a integral realização social, económica, de saúde e cultural do sócio".

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Cofre e de acordo com o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), regulado pelos seguintes diplomas legais:

-Decreto-Lei n.º. 36-A/2011, de 9 de março, que aprova o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL);

-Portaria n.º. 220/2015, de 24 de julho, que aprova os modelos das demonstrações financeiras;

-Portaria 218/2015, de 23 de julho, que aprova o Código de Contas Específico para as ESNL;

-Aviso n.º. 8259/2015 que publica a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as ESNL. (NCRF-ESNL).

2.2. Indicação e justificação de disposições do SNC que, excecionalmente, tenham sido derogadas e respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

A informação financeira apresentada foi preparada de acordo com o referencial acima referido, não existindo quaisquer derrogações.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas

As contas de balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do período anterior.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Principias políticas contabilísticas

3.1.1. Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do Cofre, de acordo com a norma contabilísticas e de relato financeiro para as ESNL, e de um modo geral utilizando o custo histórico como base de mensuração.

a) Ativos Fixos Tangíveis

i) Critérios de mensuração usados para determinarem a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade. Na transição para o SNC foram consideradas as quantias anteriormente reavaliadas com base em coeficientes de desvalorização monetária como sendo o custo de tais ativos.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto à medida que são incursas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

ii) Métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidas a partir do momento em que se encontram disponíveis para uso, calculados segundo o método da linha recta com base na taxa anual. Os terrenos não são depreciados.

iii) Vidas úteis estimadas

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 15

A vida útil estimada é objeto de avaliação anual.

b) Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendimentos ainda que se destinem, essencialmente, a uso dos associados. São mensuradas ao custo deduzido de depreciação e perdas por imparidade. Na transição para o SNC foram consideradas as quantias anteriormente reavaliadas com base em coeficientes de desvalorização monetária como sendo o custo de tais ativos.

Os custos suportados com as propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre a propriedade são reconhecidos como gasto no período a que se referem.

As depreciações das propriedades de investimento são reconhecidas a partir do momento em que se encontram disponíveis para utilização e calculadas com base no método da linha recta e taxa anual.

As vidas úteis estimadas, que são anualmente objeto de avaliação, são as seguintes:

Propriedades de investimento	Número de anos
Edifícios e outras construções	50

Os terrenos não são objeto de depreciação.

c) Ativos Intangíveis**i) Critérios de mensuração usados para determinarem a quantia escriturada bruta**

O reconhecimento dos ativos intangíveis está sujeito aos requisitos da identificabilidade, do poder de controlar a obtenção de benefícios económicos futuros e da existência desses mesmos benefícios.

São inicialmente reconhecidos ao custo, o qual, no caso de aquisições separadas, compreende o preço de compra adicionado de quaisquer custos atribuíveis à preparação do ativo para o uso pretendido. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis com vida útil finita são mensurados com base no modelo de custo, o qual corresponde ao custo inicial deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas. A amortização é feita segundo o método da linha recta ou quotas constantes durante o período de vida útil estimada do ativo a partir da data em que se encontra apto para ser usado.

No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, são amortizados no prazo de 10 anos.

Os ativos intangíveis referentes a desenvolvimento de software decorrem de aquisições externas.

ii) Vidas úteis estimadas

Ativos intangíveis	Número de anos
Programas de computador	3

d) Imparidade dos ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento e ativos intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento e ativos intangíveis com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflecta as expectativas de mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (Líquida de depreciações e amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

e) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros detidos pelo Cofre respeitam, exclusivamente, a títulos da dívida pública e unidades de participação em fundos de investimento. São mensurados ao custo de aquisição deduzidas das perdas de imparidade acumuladas.

f) Ativos não correntes detidos para venda

Um ativo não corrente é classificado como detido para venda se a sua quantia escriturada é recuperada principalmente através de uma transacção de venda em lugar de o ser pelo uso continuado. Tal classificação exige que a venda do ativo seja altamente provável, o que no caso do Cofre foi considerado por via da celebração, em 2015, de um contracto promessa de compra e venda.

Os ativos não correntes detidos são mensurados pelo menor entre a sua quantia escriturada e o justo valor menos os custos de vender.

Os ativos não correntes detidos para venda evidenciados no balanço reportado a 31/12/2016 respeitam ao imóvel sito na Rua dos Sapateiros, o qual foi reclassificado, em 2017, para ativos fixos tangíveis em virtude de o contrato promessa celebrado em 2015 se encontrar em contencioso.

g) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Cofre se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados de acordo com os seguintes critérios:

i) Dívidas de sócios e outras contas a receber

As dívidas de sócios e outras contas a receber são mensuradas ao custo ou custo, deduzido de qualquer imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e de outras contas a receber, são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que as dívidas não são recuperáveis conforme os termos iniciais da operação que lhe está subjacente. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidades diminuam ou desapareçam.

ii) Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo. Os juros correspondentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no período a que respeitam.

iii) Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a pagar a fornecedores e a outras entidades encontram-se mensuradas ao custo ou custo.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "caixa e seus equivalentes" correspondem a valores imediatamente disponíveis.

h) Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

A responsabilidade por benefícios pós-emprego apenas existe relativamente a um conjunto de ex-trabalhadores (já reformados), a qual, ainda que não seja materialmente relevante no conjunto das demonstrações financeiras do Cofre, se encontra adequadamente reconhecida nas demonstrações financeiras.

i) Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente resultante de um evento passado, seja provável que ocorram saídas de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa.

Os passivos contingentes correspondem a obrigações possíveis decorrentes de acontecimentos passados mas cuja existência exige confirmação. Por tal facto apenas são objeto de divulgação a menos que seja remota a possibilidade de existência de qualquer exfluxo de recursos.

Decorrente dos respetivos estatutos, o Cofre está obrigado a pagar aos seus associados ou a familiares uma renda vitalícia, após os 65 anos, ou uma prestação social única, a título de subsídio por morte. Tais responsabilidades encontram-se mensuradas com base em estudo atuarial anualmente revisto.

Os principais pressupostos de cálculo são os seguintes:

Tábua de mortalidade: TV 73/77;

Taxa de Juro: 2,75% (3% em 2016);

Custo de gestão dos benefícios: 7,46% das quotas anuais.

j) Imposto sobre o rendimento

De acordo com o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, o Cofre é uma instituição isenta de IRC, conforme declaração da Direcção Geral dos Impostos publicada no Diário da República, III série, de 22 de Novembro de 1989.

k) Rédito

O rédito relativo a prestações de serviços e a juros decorrentes da actividade normal do Cofre é reconhecido pelo seu justo valor conforme condições definidas para a generalidade dos sócios.

O rédito proveniente das residências seniores, universitárias e centros de lazer é reconhecido no período em que os mesmos são utilizados.

O rédito proveniente de juros é reconhecido por utilização do método do juro efetivo.

l) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto contabilístico do acréscimo. As diferenças entre montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, conforme se qualifiquem como tal.

3.1.2. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- As provisões inerentes aos benefícios dos associados;
- As provisões inerentes a benefícios pós-emprego de um conjunto de ex-trabalhadores;
- As imparidades relacionadas com dívidas a receber de associados por financiamentos e abonos concedidos;
- A vida útil estimada das propriedades de investimento.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras.

3.1.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos do Cofre, estando as estimativas anteriormente divulgadas naturalmente sujeitas a alteração por razões de natureza macroeconómica.

3.1.4. Principais fontes de incerteza

Não obstante os apoios prestados pelo Cofre aos seus associados para aquisição ou construção de habitação própria estarem garantidos pelo próprio imóvel, existe uma incerteza decorrente da conjuntura económica relativamente à possibilidade de todos os beneficiários poderem cumprir com as respectivas obrigações e à evolução do próprio mercado imobiliário.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas são definidas de forma a dar cumprimento às normas contabilísticas e de relato financeiro e são adotadas de forma consistente. Qualquer alteração decorrente de novas normas é tratada de acordo com as disposições transitórias nelas consideradas ou, na sua ausência, de forma retrospectiva.

As políticas contabilísticas seguidas em 2017 são consistentes com as adoptadas no exercício anterior em todos os aspectos materiais.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

As alterações de estimativa têm efeito, conforme as circunstâncias, no próprio exercício em que se constata a alteração, ou nesse exercício e nos seguintes.

Regista-se a atualização das responsabilidades associadas a subsídios por morte e rendas vitalícias, conforme estudo atuarial, cujo efeito no resultado líquido do exercício foi 3.905.858,93 euros.

3.4. Correção de erros de períodos anteriores

No caso da existência de erros materiais os mesmos são tratados retrospectivamente, reexpressando-se a informação do ou dos exercícios anteriores a menos que tal seja impraticável.

Não foram identificados quaisquer erros materiais.

4.FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e equivalentes:

Descrição	Conta	Montante
Caixa	11	2.637,80
Total de caixa		2.637,80
Depósitos à ordem	12	1.788.600,31
Depósitos a prazo	13	5.151.344,88
Total de depósitos bancários		6.939.945,19
Total de caixa e equivalentes		6.942.582,99

Todos os depósitos podem ser prontamente mobilizados.

Na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa são considerados como referentes à actividade operacional todos os fluxos financeiros relacionados com os apoios de natureza financeira prestados aos associados.

Nestas circunstâncias, apenas são considerados nas atividades de investimento os rendimentos das aplicações financeiras em instituições de crédito e das propriedades de investimento.

5.PARTES RELACIONADAS

O Cofre não participa no capital de quaisquer entidades nem é participado por pessoas colectivas.

Os Corpos Gerentes são remunerados através de senhas de presença em função das reuniões efetuadas conforme nota 17.

6.ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e perdas de imparidade acumuladas, conforme explicitado na nota 3.

b) As depreciações são efetuadas pelo método da linha recta.

c) A vida útil é determinada de acordo com a expectativa de afectação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outras ativos tangíveis	Investimento em curso ativos tangíveis	Total
Saldos em 01-01-2017									
Quantias brutas	3.728.366,15	23.576.220,15	3.988.930,79	261.842,54	711.529,22	7.847,47	40.654,28	804.444,85	33.119.835,45
Depreciações acumuladas	0,00	5.607.906,50	3.398.123,28	231.211,29	662.470,15	4.385,67	33.287,99	0,00	9.937.384,88
Quantias líquidas	3.728.366,15	17.968.313,65	590.807,51	30.631,25	49.059,07	3.461,80	7.366,29	804.444,85	23.182.450,57
Movimento em 2017									
Ativo fixo									
Aquisições	220.824,49	396.322,05	199.240,21		8.383,90	2.630,46		13.343,77	840.744,88
Alienações									0,00
Abates			(69.825,78)		(20.935,67)	(1.493,77)			(92.255,22)
Transferências	250.074,69	1.025.815,38	28.134,26		(21.812,55)			(6.321,71)	1.275.890,07
Total do exercício	470.899,18	1.422.137,43	157.548,69	0,00	-34.364,32	1.136,69	0,00	7.022,06	2.024.379,73
Depreciações acumuladas									
Depreciações do exercício		537.066,37	260.950,50	20.356,26	25.585,73	3.095,46	1.154,96		848.209,28
Alienações									0,00
Abates			(69.052,31)		(20.907,93)	(1.266,97)			(91.227,21)
Transferências		203.903,75	18.616,86		(19.319,62)				203.200,99
Total do exercício	0,00	740.970,12	210.515,05	20.356,26	(14.641,82)	1.828,49	1.154,96	0,00	960.183,06
Saldos em 31-12-2017									
Quantias brutas	4.199.265,33	24.998.357,58	4.146.479,48	261.842,54	677.164,90	8.984,16	40.654,28	811.466,91	35.144.215,18
Depreciações acumuladas	0,00	6.348.876,62	3.608.638,33	251.567,55	647.828,33	6.214,16	34.442,95	0,00	10.897.567,94
Quantias líquidas	4.199.265,33	18.649.480,96	537.841,15	10.274,99	29.336,57	2.770,00	6.211,33	811.466,91	24.246.647,24

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equip. biológicos	Outras ativos tangíveis	Investimento em curso ativos tangíveis	Total
Saldos em 01-01-2016									
Quantias brutas	3.728.366,15	23.269.418,38	3.862.918,92	267.942,56	707.305,97	5.642,65	40.654,28	915.365,16	32.797.614,07
Depreciações acumuladas	0,00	5.119.799,18	3.181.263,48	237.505,02	640.047,56	2.595,82	32.133,03	0,00	9.213.34,09
Quantias líquidas	3.728.366,15	18.149.619,20	681.655,44	30.437,54	67.258,41	3.046,83	8.521,25	915.365,16	23.584.269,98
Movimento em 2016									
Ativo fixo									
Aquisições		288.509,75	159.372,97	20.549,98	16.219,68	2.204,82		92.371,71	579.228,91
Alienações			(14.009,78)	(26.650,00)					(40.659,78)
Abates			(31.347,75)						(31.347,75)
Transferências		18.292,02	11.996,43		(11.996,43)			(203.292,02)	(185.000,00)
Total do exercício	0,00	306.801,77	126.011,87	-6.100,02	4.223,25	2.204,82	0,00	(110.920,31)	322.221,38
Depreciações acumuladas									
Depreciações do exercício		488.107,32	252.220,92	20.356,27	33.610,48	1.789,85	1.154,96		797.239,80
Alienações			(14.009,78)	(26.650,00)					(40.659,78)
Abates			(32.539,23)						(32.539,23)
Transferências			11.187,89		(11.187,89)				0,00
Total do exercício	0,00	488.107,32	216.859,80	-6.293,73	22.422,59	1.789,85	1.154,96	0,00	724.040,79
Saldos em 31-12-2016									
Quantias brutas	3.728.366,15	23.576.220,15	3.988.930,79	261.842,54	711.529,22	7.847,47	40.654,28	804.444,85	33.119.835,45
Depreciações acumuladas	0,00	5.607.906,50	3.398.123,28	231.211,29	662.470,15	4.385,67	33.287,99	0,00	9.937.384,88
Quantias líquidas	3.728.366,15	17.968.313,65	590.807,51	30.631,25	49.059,07	3.461,80	7.366,29	804.444,85	23.182.450,57

O aumento decorrente de transferências registadas no exercício respeita, essencialmente, ao imóvel da Rua dos Sapateiros que em 31/12/2016 era evidenciado como ativo não corrente detido para venda. A reclassificação resulta da incerteza existente acerca do imóvel, que continua ao serviço do Cofre, cuja promessa de compra e venda se encontra em contencioso.

7.ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos não correntes detidos para venda evidenciados no balanço reportado a 31/12/2016 respeitam ao imóvel sito na Rua dos Sapateiros n.º 58/62, o qual foi reclassificado, em 2017, para ativos fixos tangíveis em virtude de o contrato promessa de compra e venda celebrado em 2015 ter sido objeto de providência cautelar e se manter em contencioso.

Nos anos de 2015 e 2016, o imóvel foi mensurado ao custo de aquisição deduzido das depreciações incorridas até ao momento em que foi classificado como detido para a venda, considerando-se que a quantia escriturada é inferior ao justo valor menos os custos de alienação. No ano de 2017, com a referida reclassificação, foram efetuadas as depreciações do imóvel não consideradas durante o tempo em que esteve classificado como detido para venda.

8.PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Embora a Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL) considere que as designadas propriedades de investimento devem ser enquadradas no âmbito dos ativos fixos tangíveis, o Cofre tem optado por manter tais ativos em linha própria por considerar mais clara a informação prestada aos sócios.

Conforme divulgado na nota 3, os referidos imóveis são mensurados segundo o modelo do custo, sendo as depreciações efetuadas pelo método da linha reta, sendo a estimativa de vida útil dos edifícios de 50 anos.

O movimento registado no exercício de 2017, quer relativamente ao investimento quer relativamente às depreciações, é o que se apresenta nos mapas seguintes:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Propriedades de investimento em curso	Total
Saldos em 01-01-2017				
Quantias brutas	1.690.934,20	7.908.265,09	1.646.888,22	11.246.087,51
Depreciações acumuladas	0,00	3.327.483,57	0,00	3.327.483,57
Quantias líquidas	1.690.934,20	4.580.781,52	1.646.888,22	7.918.603,94
Movimento em 2017				
Propriedades de investimento				
Aquisições	6.000,00	29.801,96	510.327,48	546.129,44
Transferências	1.500,00	28.388,51	(29.888,51)	0,00
Total do exercício	7.500,00	58.190,47	480.438,97	546.129,44
Depreciações acumuladas				
Depreciações do exercício		160.061,66		160.061,66
Total do exercício	0,00	160.061,66	0,00	160.061,66
Saldos em 31-12-2017				
Quantias brutas	1.698.434,20	7.966.455,56	2.127.327,19	11.792.216,95
Depreciações acumuladas	0,00	3.487.545,23	0,00	3.487.545,23
Quantias líquidas	1.698.434,20	4.478.910,33	2.127.327,19	8.304.671,72

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Propriedades de investimento em curso	Total
Saldos em 01-01-2016				
Quantias brutas	1.657.938,17	7.752.850,76	1.676.954,10	11.087.743,03
Depreciações acumuladas	0,00	3.168.585,72	0,00	3.168.585,72
Quantias líquidas	1.657.938,17	4.584.265,04	1.676.954,10	7.919.157,31
Movimento em 2016				
Propriedades de investimento				
Aquisições	32.996,03	115.543,26	9.805,19	158.344,48
Transferências		39.871,07	(39.871,07)	0,00
Total do exercício	32.996,03	155.414,33	(30.065,88)	158.344,48
Depreciações acumuladas				
Depreciações do exercício		158.897,85		158.897,85
Total do exercício	0,00	158.897,85	0,00	158.897,85
Saldos em 31-12-2016				
Quantias brutas	1.690.934,20	7.908.265,09	1.646.888,22	11.246.087,51
Depreciações acumuladas	0,00	3.327.483,57	0,00	3.327.483,57
Quantias líquidas	1.690.934,20	4.580.781,52	1.646.888,22	7.918.603,94

De acordo com as últimas avaliações efetuadas, o valor global apurado é superior à quantia escriturada em 6.418.002,95 €. Contudo, existem frações em que o valor de avaliação é inferior ao valor contábilístico, sendo a diferença de 104.200,65 €. Tendo em conta que a diferença encontrada não se afigura expressiva não foi reconhecida qualquer imparidade.

Os rendimentos provenientes das propriedades de investimento apresentados na demonstração dos resultados são os seguintes:

Rendas	302.211,81 €
---------------	--------------

9. ATIVOS INTANGÍVEIS

- Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes amortizações e perdas de imparidade acumuladas.
- As amortizações são efetuadas pelo método da linha recta.
- A vida útil é determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Programas computador	Desenvolvimento software em curso	Total
Saldos em 01-01-2017			
Quantias brutas	589.305,45	0,00	589.305,45
Amortizações acumuladas	586.822,74		586.822,74
Quantias líquidas	2.482,71	0,00	2.482,71
Movimento em 2017			
Ativo intangível			
Aquisições	1.008,06		1.008,06
Transferência			0,00
Total do exercício	1.008,06	0,00	1.008,06
Amortizações acumuladas			
Transferência			0,00
Amortizações do exercício	2.353,66		2.353,66
Total do exercício	2.353,66	0,00	2.353,66
Saldos em 31-12-2017			
Quantias brutas	590.313,51	0,00	590.313,51
Amortizações acumuladas	589.176,40		589.176,40
Quantias líquidas	1.137,11	0,00	1.137,11

Descrição	Programas computador	Desenvolvimento software em curso	Total
Saldos em 01-01-2016			
Quantias brutas	586.314,87	0,00	586.314,87
Amortizações acumuladas	579.258,91		579.258,91
Quantias líquidas	7.055,96	0,00	7.055,96
Movimento em 2016			
Ativo intangível			
Aquisições	2.990,58		2.990,58
Transferência			0,00
Total do exercício	2.990,58	0,00	2.990,58
Amortizações acumuladas			
Transferência			0,00
Amortizações do exercício	7.563,83		7.563,83
Total do exercício	7.563,83	0,00	7.563,83
Saldos em 31-12-2016			
Quantias brutas	589.305,45	0,00	589.305,45
Amortizações acumuladas	586.822,74		586.822,74
Quantias líquidas	2.482,71	0,00	2.482,71

10. RÉDITO

O Cofre reconhece o rédito de acordo com os critérios definidos na alínea k) do ponto 3.

A quantia significativa de cada categoria de rédito reconhecida durante o período apresenta-se como segue:

Descrição	2017	2016
Vendas e prestações de serviços		
Mensalidades de utentes	748.512,82	791.254,91
Mensalidades de residência	105.560,67	106.764,02
Centros de Lazer	853.092,46	719.270,02
Quotizações e Joias	3.519.350,12	3.463.866,92
Comissões	27.934,94	34.197,53
Total	5.254.451,01	5.115.353,40
Reversões		
Sócios	207.567,30	304.810,06
Títulos da dívida pública	71.295,57	1.132,41
Rendas Vitalícias	52.003,73	
Total	330.866,60	305.942,47
Outros rendimentos e ganhos		
Subsídios prescritos	35.792,83	7.591,33
Rendas e outros rendimentos em propriedade Investimento	302.211,81	304.707,69
Outros	99.585,65	105.068,21
Total	437.590,29	417.367,23
Juros		
Depósitos bancários		46,97
Títulos da dívida pública	11.176,62	11.176,62
Empréstimos de financiamento	1.459.121,95	1.567.431,91
Outros investimentos financeiros	14.268,07	26.795,68
Outros juros	125.525,84	133.491,96
Total	1.610.092,48	1.738.943,14
Total	7.633.000,38	7.577.606,24

11. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

O valor dos compromissos que não figuram no balanço, relativos a subsídios por morte, inscritos e vencidos, ascendem, respetivamente, a 125.261.541,28 euros e 127.190.821,48 euros (valores nominais). Todavia, segundo o estudo atuarial efetuado com referência a 31 de Dezembro de 2017 e que toma em consideração os rendimentos esperados dos ativos do Cofre, as responsabilidades inerentes às reservas matemáticas, ascendiam, de acordo com os pressupostos considerados, a 19.396.983,98 euros.

Em face deste estudo procedeu-se ao seguinte reforço da provisão:

Descrição	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para subsídios por morte	14.752.748,29	3.957.862,66		18.710.610,95
Provisões para rendas vitalícias	591.306,05		52.003,73	539.302,32
Provisões para pensões de reforma e sobrevivência	154.398,54		7.327,83	147.070,71
Provisões edifício Rua dos Sapateiros	0,00	300.000,00		300.000,00
Total	15.498.452,88	4.257.862,66	59.331,56	19.696.983,98

A provisão de 300.000 Euros está associada à probabilidade de devolução, em dobro, do sinal recebido relativamente ao imóvel da Rua dos Sapateiros.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Bases de mensuração utilizadas relativamente a instrumentos financeiros são as referidas na alínea g) do ponto 3.

Os principais ativos e passivos financeiros são os seguintes:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Associados - Ativo não corrente	24.171.420,10	24.912.831,65
Associados - Ativo corrente	4.311.466,11	4.575.668,69
Créditos a receber	249.145,37	221.379,70
Outros ativos correntes	301.549,46	209.568,04
Devedores por acréscimos de rendimentos	3.289,60	7.084,51
Total	29.036.870,64	29.926.532,59

12.1. Sócios e outros créditos a receber

As dívidas de associados (corrente e não corrente) são mensuradas ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade por insuficiência das garantias prestadas.

Nas referidas dívidas incluem-se os financiamentos concedidos na forma de abonos reembolsáveis e financiamentos à habitação, nos termos das respetivas disposições estatutárias. O rendimento decorrente dos juros obtidos é considerado no período a que respeitam de acordo com o método do juro efetivo.

12.2. Fornecedores e outros passivos correntes

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Fornecedores	120.961,43	142.076,27
Associados	748.794,57	744.372,45
Créditos a receber	264.274,53	260.363,40
Outros passivos correntes	544.630,93	440.170,12
Credores por acréscimos de gastos	321.287,45	337.170,07
Total	1.999.948,91	1.924.152,31

12.3. Reconhecimento das reversões por imparidade de dívidas a receber

Descrição	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Dívidas a receber				
Sócios c/ seguros de vida	0,00			0,00
Sócios c/ cobrança duvidosa	3.679.388,63		207.567,30	3.471.821,33
Sócios c/ cartão saúde	26.641,30			26.641,30
Total	3.706.029,93	0,00	207.567,30	3.498.462,63

Além da dívida de cobrança duvidosa indicada, existe ainda o capital não vencido de sócios que estão em contencioso, mas que mensalmente é transferido o valor da prestação vencida para cobrança duvidosa:

- Empréstimos de financiamento para habitação (capital não vencido).

Relativa a sócios com prestações vencidas já sujeita a imparidade - 1.744.448,26€

Relativamente a estas dívidas não se considera que existam perdas por imparidade, uma vez que estão garantidas por hipoteca dos imóveis e contratos de Propriedade Resolúvel.

12.4. Investimentos financeiros

Descrição	Custo aquisição	Valor contabilístico em 31 Dezembro 2016	Imparidade/reversão no período	Valor contabilístico em 31 Dezembro 2017
Títulos de dívida pública	363.324,40	258.956,21	70.454,61	329.410,82
Fundo de tesouraria	100.000,00	97.965,31	840,96	98.806,27
Total	463.324,40	356.921,52	71.295,57	428.217,09

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Ativo		
Imposto sobre o valor acrescentado	4.503,81	8.341,58
ADSE	0,00	72,57
Total	4.503,81	8.414,15
Passivo		
Imposto sobre rendimento	20.987,49	22.268,39
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	0,00
Restantes impostos	0,00	0,00
Contribuições para a segurança social	53.153,39	52.658,17
ADSE	77,85	
Total	74.218,73	74.926,56

14.DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “diferimentos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Ativo		
Gastos a reconhecer	59.690,20	171.980,24
Total	59.690,20	171.980,24
Passivo		
Rendimento a reconhecer	136.070,87	103.743,29
Total	136.070,87	103.743,29

A redução registada nos diferimentos ativos está associada ao reconhecimento do gasto da comissão de 100.000 Euros, acrescida de IVA à taxa legal de 23%, paga pela intermediação da venda do imóvel da Rua dos Sapateiros, face às vicissitudes verificadas e já referidas em notas anteriores.

15.FUNDOS PATRIMONIAIS

O movimento registado no exercício de 2017, na rubrica “fundos patrimoniais”, é o que se apresenta no mapa seguinte:

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
FUNDOS PATRIMONIAIS				
Fundos	48.913.986,20		1.410.624,59	47.503.361,61
	48.913.986,20	0,00	1.410.624,59	47.503.361,61
OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS				
Excedente Revalorização				
Ativo fixo tangível				
Terrenos e Recursos Naturais	508.751,36			508.751,36
Edifícios e Outras Construções	391.373,71			391.373,71
	900.125,07	0,00	0,00	900.125,07
Propriedades de investimento				
Terrenos e Recursos Naturais	1.132.248,78			1.132.248,78
Edifícios e Outras Construções	1.384.459,78			1.384.459,78
	2.516.708,56	0,00	0,00	2.516.708,56
	3.416.833,63	0,00	0,00	3.416.833,63
Outras variações	9.274,46	3.755,00	3.921,11	9.108,35
	9.274,46	3.755,00	3.921,11	9.108,35
RESULTADO LÍQUIDO				
Resultado líquido do período	(1.410.624,59)	1.410.624,59	3.809.449,96	(3.809.449,96)
	(1.410.624,59)	1.410.624,59	3.809.449,96	(3.809.449,96)
	50.929.469,70	1.414.379,59	5.223.995,66	47.119.853,63

16.FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Descrição	2017	2016
Trabalhos Especializados	429.142,77	341.696,91
Comunicação	254.480,46	221.285,23
Conservação e Reparação	248.013,40	284.363,10
Eletricidade	152.009,48	154.234,54
Limpeza, Higiene e Conforto	144.741,70	122.309,99
Honorários	82.587,00	108.241,67
Vigilância e Segurança	73.602,93	73.493,79
Água	64.012,68	64.587,79
Gás	36.480,42	30.519,55
Seguros	33.158,72	36.821,73
Material de Escritório	33.045,56	29.220,67
Contencioso e Notariado	27.857,17	48.523,50
Serviços Bancários	18.433,58	14.445,47
Outros	126.777,23	143.245,36
Total	1.724.343,10	1.672.989,30

O aumento dos trabalhos especializados está associado ao reconhecimento do gasto da comissão de 100.000 Euros, acrescida de IVA à taxa legal de 23%, paga pela intermediação da venda do imóvel da Rua dos Sapateiros, conforme referido na nota 14.

17.BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações Órgãos Sociais	19.860,36	18.547,75
Vencimentos e outros	2.307.502,76	2.176.758,51
Encargos sociais e pensões	550.534,05	535.016,99
Total	2.877.897,17	2.730.323,25

A rubrica "encargos sociais" para além da Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social, inclui gastos com a medicina no trabalho, formação, seguro de acidentes de trabalho e pessoais e pensões.

Relativamente aos empregados existem dívidas ativas referentes a abonos reembolsáveis indexados ao vencimento, as quais em 31 de Dezembro ascendiam a 465.810,80 euros.

Número de pessoas ao serviço do Cofre:

Descrição	2017	2016
Dirigentes	12	14
Funcionários	131	125
Programa de estágio profissional IEFP	-	3
Estágio profissional a aguardar aprovação da candidatura pelo IEFP	-	-
Contrato de emprego e inserção IEFP	-	-
Contrato medida estímulo de emprego IEFP	1	-

18. OUTROS GASTOS E PERDAS

Descrição	2017	2016
Gastos em propriedades de investimento	72.611,16	71.329,70
Gastos de previdência social	1.350.921,59	1.177.850,86
Outros	102.256,91	256.384,01
Total	1.525.789,66	1.505.564,57

19. RENDIMENTOS E GASTOS POR ATIVIDADES

DESCRIÇÃO	Residências para seniores/universitárias	Centros de férias	Propriedades de investimento	Outras operações com associados	Serviços centrais e de apoio às atividades	Total
RENDIMENTOS						
Vendas e Prestação de serviços	854.073,49	853.092,46			27.934,94	1.735.100,89
Quotização					3.519.350,12	3.519.350,12
Outros rendimentos			302.211,81	1.459.121,95	617.215,61	2.378.549,37
Total	854.073,49	853.092,46	302.211,81	1.459.121,95	4.164.500,67	7.633.000,38
GASTOS						
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		44.398,04				44.398,04
Fornecimentos e serviços externos	580.883,78	318.616,72			824.842,60	1.724.343,10
Gastos com o pessoal	988.783,17	431.179,38			1.457.934,62	2.877.897,17
Gastos de previdência social					1.350.921,59	1.350.921,59
Gastos de depreciação e amortização	301.638,42	452.092,46	160.061,66		96.832,06	1.010.624,60
Provisões					4.257.862,66	4.257.862,66
Gastos de imparidade						0,00
Outros gastos			72.611,16		103.792,02	176.403,18
Total	1.871.305,37	1.246.286,60	232.672,82	0,00	8.092.185,55	11.442.450,34
RESULTADO 2017	-1.017.231,88	-393.194,14	69.538,99	1.459.121,95	-3.927.684,88	-3.809.449,96
RESULTADO 2016	-835.933,25	-559.606,51	74.480,14	1.567.431,91	-1.656.996,88	-1.410.624,59

20. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras apresentadas foram autorizadas para emissão em reunião do Conselho de Administração em 9 de Abril de 2018.

De referir que não obstante tal autorização as demonstrações financeiras ainda serão objeto de aprovação em Assembleia-geral de sócios.

MAPAS COMPLEMENTARES

- DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS E AS DESPENDIDAS NO ANO 2017
- MAPA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E QUOTIZAÇÃO DE 2017

DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS E AS DESPENDIDAS NO ANO DE 2017

Unidade: €

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO		DESPENDIDO	SALDO
		INICIAL	RECTIFICADO		
01.01.03	Pessoal dos quadros - regime de função pública	1.397.500,00	1.422.500,00	1.420.146,36	2.353,64
01.01.04	Pessoal dos quadros - regime cont.indiv.trabalho	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.01.06	Pessoal contratado a termo	209.500,00	209.500,00	138.072,12	71.427,88
01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	2.000,00	2.000,00	1.579,68	420,32
01.01.09	Representação	1.000,00	1.000,00	120,00	880,00
01.01.13	Subsídio de refeição	135.000,00	138.000,00	137.743,20	256,80
01.01.14	Subsídio de férias e de Natal	273.000,00	273.000,00	271.353,17	1.646,83
01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00
01.02.02	Horas extraordinárias	15.000,00	25.000,00	24.860,18	139,82
01.02.04	Ajudas de custo	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.02.05	Abono para falhas	6.000,00	6.000,00	4.404,96	1.595,04
01.02.06	Formação	10.000,00	10.000,00	364,00	9.636,00
01.02.07	Colaboração técnica e especializada	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.02.11	Subsídio de turno	43.000,00	55.000,00	54.236,75	763,25
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	5.000,00	42.000,00	41.822,47	177,53
01.02.13	Outros suplementos e prémios	131.000,00	203.000,00	202.374,84	625,16
01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie			0,00	
	A- Remunerações de corpos gerentes	25.000,00	25.000,00	19.860,36	5.139,64
	B- Outros abonos em numerário ou espécie	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.03.01	Encargos com a saúde	3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00
01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	1.500,00	1.500,00	1.051,05	448,95
01.03.04	Outras prestações familiares	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.03.05	Contribuições para a segurança social	489.500,00	496.500,00	491.863,59	4.636,41
01.03.08	Outras pensões	38.000,00	38.000,00	37.310,00	690,00
01.03.09	Seguros	41.000,00	46.000,00	41.183,01	4.816,99
01.03.10	Outras despesas de segurança social	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	40.000,00	44.000,00	43.089,77	910,23
02.01.04	Limpeza e higiene	70.000,00	70.000,00	66.178,95	3.821,05
02.01.06	Alimentação - géneros para confeccionar	50.000,00	50.000,00	41.898,73	8.101,27
02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	10.000,00	10.000,00	8.676,53	1.323,47
02.01.08	Material de escritório	30.000,00	30.000,00	29.912,53	87,47
02.01.11	Material de consumo clínico	6.000,00	6.000,00	5.227,59	772,41
02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
02.01.17	Ferramentas e utensílios	10.000,00	10.000,00	3.146,94	6.853,06
02.01.18	Livros e documentação técnica	2.000,00	2.000,00	74,37	1.925,63
02.01.21	Outros bens	40.000,00	40.000,00	35.817,62	4.182,38
02.02.01	Encargos das instalações	210.000,00	225.000,00	223.921,36	1.078,64
02.02.02	Limpeza e higiene	45.000,00	82.000,00	79.850,77	2.149,23
02.02.03	Conservação de bens	160.000,00	255.000,00	251.087,90	3.912,10
	A transportar	3.517.000,00	3.839.000,00	3.677.228,80	161.771,20

DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS E AS DESPENDIDAS NO ANO DE 2017

Unidade: €

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO		DESPENDIDO	SALDO
		INICIAL	RECTIFICADO		
	Transporte	3.517.000,00	3.839.000,00	3.677.228,80	161.771,20
02.02.09	Comunicações	180.000,00	250.000,00	245.149,19	4.850,81
02.02.10	Transportes	3.000,00	3.000,00	2.608,45	391,55
02.02.11	Representações dos serviços	5.000,00	5.000,00	1.603,94	3.396,06
02.02.12	Seguros	50.000,00	50.000,00	49.452,75	547,25
02.02.13	Deslocações e estadas	10.000,00	10.000,00	8.298,10	1.701,90
02.02.14	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	4.000,00	4.000,00	0,00	4.000,00
02.02.15	Formação	5.000,00	5.000,00	240,00	4.760,00
02.02.17	Publicidade	5.000,00	10.000,00	9.471,50	528,50
02.02.18	Vigilância e segurança	72.500,00	80.500,00	73.933,76	6.566,24
02.02.19	Assistência técnica	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
02.02.20	Outros trabalhos especializados	486.500,00	486.500,00	399.995,99	86.504,01
02.02.25	Outros serviços	155.000,00	195.000,00	189.986,64	5.013,36
03.05.02	Outros juros	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
04.07.01	Instituições sem fins lucrativos	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
04.08.02	A-Subsídios por morte, de luto e funeral	550.000,00	605.000,00	601.372,05	3.627,95
04.08.02	B-Reembolsos de vencimentos perd.por doença	500.000,00	560.000,00	559.629,16	370,84
04.08.02	C-Rendas Vitalícias	30.000,00	75.000,00	72.032,82	2.967,18
04.08.02	D-Bolsas Sociais	35.000,00	36.000,00	35.250,00	750,00
04.08.02	E-Subsídios Sociais	5.000,00	9.000,00	6.200,00	2.800,00
06.01.00	Dotação provisional	610.000,00	0,00	0,00	0,00
06.02.01	Impostos e taxas	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
06.02.03	A-Restituições	5.000,00	5.000,00	2.296,99	2.703,01
06.02.03	B-Diversos	4.000,00	4.000,00	0,00	4.000,00
07.01.02	Habitacões	250.000,00	250.000,00	6.454,36	243.545,64
07.01.03	Edifícios	3.350.000,00	2.855.000,00	995.796,89	1.859.203,11
07.01.04	Construções diversas	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
07.01.06	Equipamento de transporte	30.000,00	30.000,00	0,00	30.000,00
07.01.07	Material de informática	35.000,00	35.000,00	6.703,71	28.296,29
07.01.09	Equipamento administrativo	20.000,00	20.000,00	13.038,37	6.961,63
07.01.10	Equipamento básico	1.500.000,00	1.500.000,00	196.348,33	1.303.651,67
07.01.15	Outros investimentos	5.000,00	5.000,00	56,40	4.943,60
09.05.03	Soc. financeiras-Bancos e out.instit.financ. (c/prazo)	550.000,00	550.000,00	0,00	550.000,00
09.06.03	Soc. financeiras-Bancos e out.instit.financ. (m/prazo)	1.250.000,00	1.250.000,00	0,00	1.250.000,00
09.06.13	A-Propriedade resolúvel	3.500.000,00	3.500.000,00	1.662.843,24	1.837.156,76
09.06.13	B-Beneficiação em casa dos sócios	350.000,00	350.000,00	89.779,72	260.220,28
09.06.13	C-Subsídios reembolsáveis	6.500.000,00	6.500.000,00	4.463.733,32	2.036.266,68
09.06.13	D-Outros empréstimos ou adiantamentos	180.000,00	348.000,00	345.867,12	2.132,88
09.06.13	E-Emprést. p.ª construção e beneficiação, concedidos em anos anteriores - 2ª tranche e seguintes	20.000,00	117.000,00	115.629,98	1.370,02
12.01	Operações de Tesouraria - entrega receita Estado	1.000.000,00	1.230.000,00	1.225.209,30	4.790,70
12.02	Outras operações de Tesouraria	1.000.000,00	1.000.000,00	899.395,73	100.604,27
	Total	25.789.000,00	25.789.000,00	15.955.606,61	9.833.393,39

MAPA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E QUOTIZAÇÃO DE 2017

IDADE	Nº SÓCIOS	SUBSÍDIOS	SUBSÍDIOS	QUOTA
		INSCRITOS	VENCIDOS	ANUAL
21	2	10.000	5.200	196,80
23	2	9.125	4.125	157,92
24	3	14.125	9.225	254,88
25	3	14.125	9.325	300,96
26	8	36.500	32.483	676,44
27	16	72.125	58.965	1.285,56
28	22	89.750	66.158	1.843,44
29	18	79.875	68.800	1.386,24
30	37	160.625	120.633	2.869,68
31	55	241.250	208.448	4.481,88
32	75	326.875	288.853	6.069,72
33	89	376.400	339.468	7.427,88
34	141	613.850	537.726	12.012,84
35	153	652.525	571.721	13.300,20
36	171	731.150	634.986	15.061,92
37	245	1.039.979	915.806	21.172,56
38	310	1.315.240	1.181.639	26.535,60
39	355	1.501.528	1.362.028	30.043,80
40	551	2.315.337	2.106.182	47.718,36
41	671	2.831.301	2.600.881	59.250,60
42	734	3.041.554	2.797.828	61.353,00
43	832	3.402.928	3.245.782	72.255,96
44	848	3.508.987	3.371.644	76.421,40
45	816	3.366.241	3.217.026	74.511,60
46	875	3.587.035	3.480.228	81.670,32
47	821	3.413.395	3.304.387	79.344,84
48	760	3.148.455	3.046.517	74.968,92
49	818	3.338.402	3.257.395	81.481,20
50	814	3.253.574	3.256.644	80.978,16
51	964	3.803.498	3.777.115	99.832,80
52	1018	3.908.274	3.944.613	105.306,12
53	1091	4.125.507	4.158.078	111.798,36
54	1109	4.153.530	4.213.511	118.155,72
55	1201	4.226.380	4.334.549	120.387,36
56	1380	4.673.630	4.781.111	135.378,84
57	1595	5.180.862	5.361.034	153.591,24
58	1507	4.653.626	4.847.891	139.570,08
59	1476	4.515.950	4.683.909	140.870,16
60	1496	4.291.433	4.505.599	135.880,08
61	1334	3.798.237	4.061.610	125.414,76
62	1461	3.942.348	4.245.893	131.422,20
63	1492	3.831.431	4.127.787	131.359,56
64	1476	3.560.672	3.844.163	122.990,04
A transportar	28.845	101.157.632,64	100.986.964,99	2.706.990,00

IDADE	Nº SÓCIOS	SUBSÍDIOS	SUBSÍDIOS	QUOTA
		INSCRITOS	VENCIDOS	ANUAL
Transporte	28.845	101.157.632,64	100.986.964,99	2.706.990,00
65	1.531	3.204.913,78	3.458.912,05	111.700,20
66	1.552	2.993.639,60	3.234.611,15	105.453,48
67	1.437	2.711.677,14	2.921.044,75	96.087,48
68	1.145	2.173.686,42	2.365.015,43	78.628,20
69	1.123	1.943.131,03	2.118.551,66	71.192,28
70	960	1.564.239,87	1.727.558,97	59.237,04
71	920	1.371.283,93	1.502.325,94	51.425,16
72	855	1.155.247,04	1.264.941,07	42.996,72
73	737	966.207,82	1.091.009,73	36.669,12
74	677	765.812,49	841.441,75	28.154,28
75	626	709.444,61	790.072,12	26.432,52
76	592	559.041,82	618.672,27	20.423,40
77	587	518.104,12	574.738,08	18.757,32
78	625	465.052,58	503.641,56	15.592,92
79	588	387.958,35	418.759,56	12.616,56
80	571	336.584,96	364.841,44	11.866,68
81	583	326.537,05	351.084,86	9.804,24
82	576	320.798,06	355.227,03	10.395,96
83	528	248.052,41	262.795,89	6.516,24
84	501	237.912,58	256.883,84	7.051,56
85	513	217.610,45	231.565,20	5.140,56
86	449	169.099,82	175.668,00	3.635,88
87	399	148.486,35	153.940,70	2.753,16
88	322	119.167,10	122.843,24	2.362,56
89	293	105.728,26	107.863,11	1.798,56
90	243	83.813,36	85.677,87	1.627,56
91	196	69.071,60	69.944,49	1.172,88
92	187	65.076,00	65.998,77	1.127,64
93	160	54.133,96	55.829,88	989,28
94	114	39.841,19	39.841,19	619,08
95	88	33.218,08	33.218,08	827,16
96	47	14.423,75	14.423,75	441,84
97	38	10.838,92	10.838,92	161,88
98	14	4.324,60	4.324,60	64,80
99	15	4.572,00	4.572,00	68,16
100	15	3.312,03	3.312,03	49,32
101	2	847,96	847,96	12,72
102	2	349,16	349,16	5,28
103	1	498,80	498,80	7,44
104	1	119,71	119,71	1,80
108	1	49,88	49,88	0,72
Total	48.659	125.261.541,28	127.190.821,48	3.550.859,64

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

**COFRE DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES
DO ESTADO**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

EXERCÍCIO DE 2017

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado (a Entidade), que compreendem o balanço individual em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 69.027.076 EUR e um total de Fundos Patrimoniais de 47.119.854 EUR, incluindo um resultado líquido negativo de 3.809.450 EUR), a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração individual dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

De acordo com a Nota 12 do Anexo, existem Sócios com atraso no pagamento de prestações decorrentes de empréstimos à habitação e outros abonos proporcionados pelo COFRE, relativamente às quais têm sido reconhecidas perdas por imparidade na sua totalidade (quantia acumulada de 3.471.821 EUR em 31 de dezembro de 2017 e 3.679.389 EUR em 31 de dezembro de 2016). Às referidas prestações vencidas de capital e juros acrescem 1.744.448 EUR de capital vincendo. Desconhece-se em que medida as garantias reais existentes, constituídas pelos próprios imóveis, asseguram a realização integral de tais créditos, tendo em conta a inexistência de avaliações atualizadas dos respetivos imóveis.

Conforme divulgado nas Notas 3 a) e 6 do Anexo, os ativos imobiliários do COFRE destinados ou afetos às atividades sociais e de lazer (ativos fixos tangíveis) encontram-se mensurados ao custo considerado deduzido das correspondentes depreciações, não existindo avaliações que permitam concluir, de forma inequívoca, em que medida possam existir perdas por imparidade não reconhecidas.

Conforme divulgado nas Notas 3 e 7 do Anexo, o COFRE celebrou, em 13 de novembro de 2015, contrato promessa de compra e venda relativamente ao imóvel sito na Rua dos Sapateiros, com recebimento de sinal de 300.000 EUR, cujo contrato definitivo não foi concretizado face às vicissitudes entretanto verificadas, situação que suscitou o reconhecimento de provisão em montante igual ao do adiantamento recebido. Nesta data, encontra-se pendente uma ação administrativa no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa para execução específica do referido contrato promessa de compra e venda, não nos sendo possível pronunciar sobre o desfecho da operação e suas implicações financeiras.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais, exceto no que respeita à inexistência de informação sobre a ocorrência de factos relevantes após o termo do exercício.

Lisboa, 17 de abril de 2018

RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.
representada por Dr. Gabriel Correia Alves, ROC

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

COFRE DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO

No uso das competências conferidas pela alínea e) do art.º 104.º dos Estatutos do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado (Cofre), reuniu-se o Conselho Fiscal (CF) em 9 de Abril de 2018, para elaborar parecer sobre o Relatório e Contas que nos foram presentes pelo Conselho de Administração (CA), relativas ao período de 2017.

Como nota prévia à emissão do presente parecer enfatizamos, pela sua importância neste contexto, as seguintes premissas:

1 – O atual CF tomou posse no dia 4 de Janeiro do corrente ano e, por esse motivo, não nos foi possível, por tal ser materialmente inexecutável, proceder à desejável e recomendável verificação periódica das contas do Cofre;

2 – Não obstante o atrás referido, o Cofre é auditado por uma sociedade de revisores oficiais de contas que avalia periodicamente as respetivas demonstrações financeiras, elaborando dois relatórios anuais, um relativo à atividade do 1.º semestre e outro que se reporta aos movimentos de todo o exercício. Este desempenho, que de algum modo de sobrepõe à responsabilidade de supervisão do CF, alicerça, de forma significativa, o fundamento do nosso parecer;

3 – Os contactos que o CF tem mantido com o Departamento de Gestão Financeira e Cobrança, em especial com a sua coordenadora, Dra. Gisela Martins, incutem-nos a confiança necessária relativamente ao rigor e à competência que consideramos adequados ao desempenho das tarefas que incumbem ao Departamento.

Da análise que efetuamos ao Relatório e Contas apresentado pelo CA e ao Relatório Anual dos Revisores Oficiais de Contas, que nos demonstram de forma expressiva a difícil situação que Cofre atravessa, o CF salienta as seguintes preocupações que, em nosso entender, devem, com urgência, ser alvo de ações adequadas e de uma constante atenção por parte do CA:

a) Reembolso dos vencimentos perdidos por doença:

O reembolso dos vencimentos perdidos por doença dos sócios está previsto e definido no art.º 68.º dos Estatutos do CPFAE, nomeadamente no seu n.º 1, ao estipular os respetivos limites de concessão, consubstanciado na impossibilidade de, cumulativamente, se exceder:

A parte do vencimento base perdido pelo sócio durante 90 dias em cada ano

O produto da percentagem de 7,5% sobre o subsídio inscrito

O recurso aos pedidos de reembolso por parte dos sócios e a sua conseqüente concretização tem crescido de forma exponencial a partir do ano de 2013, realçando-se que entre 2012 e 2017 se verifica um incremento percentual na ordem de impensáveis 788%, ou seja, de 73.817 € para 581.878 €, situação que, a curto prazo, se tornará insustentável para o Cofre.

Obviamente que a este facto não é alheio a aprovação da Lei n.º 35/2014 que passou a prever, para os funcionários públicos, a perda da totalidade da remuneração nos primeiros 3 dias de falta por doença, e a perda de 10% da remuneração base diária, a partir do 4.º dia e até perfazer 30 dias.

Analizamos uma listagem contendo a totalidade dos sócios que auferiram reembolsos do vencimento perdido no ano de 2017 e, bem assim, das quotas que os mesmos pagaram ao longo do mesmo ano. A extensa lista que nos foi facultada comporta 3.125 sócios e permite-nos verificar alguns dados curiosos:

- Muitos sócios são reembolsados de valores que excedem ou se aproximam do quádruplo da quota paga anualmente, como são, de entre muitos, os casos que a seguir se referem a título de exemplo:

Unidade €

Reembolso	Quota
271,49	44,52
248,65	69,84
243,16	64,92
248,78	65,22

- Que o valor total reembolsado aos sócios foi de 581.878€, e que as quotas pagas pelos mesmos não atingiram sequer os 350.000€.
- Que, com os reembolsos dos vencimentos perdidos por doença dos sócios, e só nos últimos 4 anos, o Cofre suportou custos de 1.904.207€.

Esta situação, notoriamente prejudicial para o Cofre e, como atrás se referiu, insustentável a curto prazo, é também flagrantemente injusta, pois abre a possibilidade de sócios recuperarem em 10 anos as quotas pagas ou a pagar ao longo de 40 anos, sem que isso belisque sequer o subsídio por morte inscrito.

No n.º 2 do art.º 68.º dos Estatutos o legislador previu a possibilidade da revisão dos quantitativos dos reembolsos atribuídos desde que esses montantes excedam, anualmente, 10% dos rendimentos provenientes dos fundos capitalizados. Esses rendimentos, como dispõe a alínea g) do art.º 106.º, também dos Estatutos, são constituídos pelos juros das importâncias depositadas e capitalizadas. Refira-se que o Orçamento para o ano de 2018, recentemente aprovado, prevê que essa receita atinja os 21.000€, ou seja, para acionar o mecanismo da revisão dos quantitativos dos reembolsos bastaria que estes ultrapassassem a quantia 2,100€ (10% da receita). Como se referiu em 2017 os reembolsos atingiram 525.631€.

Uma vez que se encontram reunidas as condições para o efeito, recomendamos ao CA que, com urgência, diligencie a apresentação em Assembleia Geral de uma proposta de alteração do n.º 1 do art.º 68.º dos Estatutos, de forma a possibilitar uma redução drástica da despesa incorrida nesta rubrica.

Refira-se que o CF, tendo como pressuposto os factos atrás descritos e a salvaguarda dos interesses da Instituição e, concomitantemente, de todos os seus sócios, tomou já uma iniciativa de discussão deste assunto em sede de reunião do CA.

b) Residências seniores de Loures e Vila Fernando

As residências seniores de Loures e Vila Fernando acumularam, ao longo dos últimos 5 anos prejuízos no total de, respetivamente, 2.629 e 1.171 milhões de euros. Ainda que se possa referir que o objetivo destes equipamentos não é o lucro, mas sim a sua função previdencial, a verdade é que é muito difícil compreender prejuízos desta dimensão e será mesmo impossível impactá-los no futuro.

A análise dos números permite-nos concluir que na residência de Loures, no ano de 2017 cada utente pagou mensalmente cerca de € 1.200 e custou aproximadamente € 2.932.

Nesta residência o valor total pago pelos utentes em 2017 foi de € 433.595, o que representa apenas cerca de 68% dos gastos com o pessoal que presta serviço na mesma residência, que ascenderam a € 630.484.

Em Vila Fernando, ainda que os valores não sejam tão opressivos, são, ainda assim pouco animadores: participação média dos utentes de € 875 e custo médio de € 1.565.

Estes equipamentos devem merecer, em nossa opinião, uma avaliação urgente por parte do CA, quer no que concerne ao seu funcionamento estrutural, quer no que se refere à componente regulamentar, nomeadamente à tabela de participações dos utentes.

c) Unidade de Turismo da Covilhã – Quinta de Santa Iria

Outro equipamento com enormes prejuízos acumulados ao longo dos últimos 5 anos, que totalizam cerca de 1.921 milhões de euros.

Trata-se de um empreendimento com algum potencial, em que o anterior CA construiu, sem qualquer nexos, estruturas altamente dispendiosas, cujos custos ainda se refletem e continuarão a afetar os resultados de exploração da infraestrutura. Em 2017, constatou-se uma involução nos sucessivos crescimentos dos prejuízos de exploração e, ainda que o resultado continue a ser significativamente negativo, poderá indiciar que, com um bom trabalho de divulgação junto dos sócios e com um controlo eficaz dos custos de exploração, se possa transformar a curto prazo num equipamento rentável. Mais uma situação que deverá merecer um acompanhamento exaustivo por parte do CA.

Referimos os 3 equipamentos que mais contribuem para os prejuízos que o Cofre vem acumulando, mas muito haverá a fazer em todas as outras, nomeadamente na ampla divulgação da instituição junto das estruturas públicas, visando captação de novos sócios, pela qual passa, sem dúvida, o futuro do Cofre.

Por fim, o CF realça que se revê em todas as considerações, preocupações e recomendações constantes dos relatórios elaborados pela empresa responsável pela revisão das contas do Cofre.

Face ao exposto, somos de parecer que o Relatório e Contas do período de 2017 devem merecer aprovação.

Lisboa, 9 de Abril de 2018

O Conselho Fiscal

Manuel Fernando Moreira de Sousa

José Manuel Amaral da Rocha

José Eduardo Mendes Grade

